

ROBSON SUETH

PLÂNCTON SOCIAL

vivendo em fluxo na
contemporaneidade

thesis editora
científica

Robson Sueth

PLÂNCTON SOCIAL

Vivendo em fluxo na contemporaneidade

Thesis Editora Científica

2026



2026 - Thesis Editora Científica

Copyright © Thesis Editora Científica

Copyright do texto © 2026 O autor

Copyright da edição © 2026 Thesis Editora Científica

Direitos para esta edição cedidos à Thesis Editora Científica pelo autor

Open access publication by Thesis Editora Científica

Editor Chefe: Felipe Cardoso Rodrigues Vieira

Diagramação, Projeto Gráfico e Design da Capa: Thesis Ed. Cien. e o autor

Revisão: O autor



Licença Creative Commons

PLÂNCTON SOCIAL: Vivendo em fluxo na contemporaneidade da Thesis Editora Científica está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional. (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo da obra e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, não representando a posição oficial da Thesis Editora Científica. É permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

O manuscrito foi previamente submetido à avaliação cega pelos pares (*blind peer review*), membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovado para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

ISBN: 978-65-83199-73-7

Thesis Editora Científica
Teresina – PI – Brasil
contato@thesiseditora.com.br
www.thesiseditora.com.br

CONSELHO EDITORIAL

Felipe Cardoso Rodrigues Vieira – lattes.cnpq.br/9585477678289843
Adilson Tadeu Basquerote Silva – lattes.cnpq.br/8318350738705473
Andréia Barcellos Teixeira Macedo – lattes.cnpq.br/1637177044438320
Eliana Napoleão Cozendey da Silva – lattes.cnpq.br/2784584976313535
Rodolfo Ritchelle Lima dos Santos – lattes.cnpq.br/8295495634814963
Luís Carlos Ribeiro Alves – lattes.cnpq.br/9634019972654177
João Vitor Andrade – lattes.cnpq.br/1079560019523176
Bruna Aparecida Lisboa – lattes.cnpq.br/1321523568431354
Júlio César Coelho do Nascimento – lattes.cnpq.br/7514376995749628
Ana Paula Cordeiro Chaves – lattes.cnpq.br/4006977507638703
Stanley Keynes Duarte dos Santos – lattes.cnpq.br/3992636884325637
Brena Silva dos Santos – lattes.cnpq.br/8427724475551636
Jessica da Silva Campos – lattes.cnpq.br/7849599391816074
Milena Cordeiro de Freitas – lattes.cnpq.br/5913862860839738
Thiago Alves Xavier dos Santos – lattes.cnpq.br/4830258002967482
Clarice Bezerra – lattes.cnpq.br/8568045874935183
Bianca Thaís Silva do Nascimento – lattes.cnpq.br/4437575769985694
Ana Claudia Rodrigues da Silva – lattes.cnpq.br/6594386344012975
Francisco Ronner Andrade da Silva – lattes.cnpq.br/5014107373013731
Maria Isabel de Vasconcelos Mavignier Neta –
lattes.cnpq.br/8440258181190366
Anita de Souza Silva – lattes.cnpq.br/9954744050650291
Sara Milena Gois Santos – lattes.cnpq.br/6669488863792604
Leônidas Luiz Rubiano de Assunção – lattes.cnpq.br/4636315219294766
Jose Henrique de Lacerda Furtado – lattes.cnpq.br/8839359674024233
Noeme Madeira Moura Fé Soares – lattes.cnpq.br/7107491370408847
Luciene Rodrigues Barbosa – lattes.cnpq.br/2146096901386355
Mário César de Oliveira – lattes.cnpq.br/8924508898024445
Antonio da Costa Cardoso Neto – lattes.cnpq.br/9036328153320126
Elisabete Soares de Santana – lattes.cnpq.br/1149505575311414
Thiago Santos Borges – lattes.cnpq.br/4495115911159968
Alessandra Souza dos Santos – lattes.cnpq.br/5313671194713784
Mateus Henrique Dias Guimarães – lattes.cnpq.br/7137001589681910
Emelyn Glorys Herasme Henríquez – lattes.cnpq.br/7314295633439757
George Luiz Nérís Caetano – lattes.cnpq.br/0598052051026256



2026 - Thesis Editora Científica

Copyright © Thesis Editora Científica

Copyright do texto © 2026 O autor

Copyright da edição © 2026 Thesis Editora Científica

Direitos para esta edição cedidos à Thesis Editora Científica pelo autor

Open access publication by Thesis Editora Científica

Editor Chefe: Felipe Cardoso Rodrigues Vieira

Diagramação, Projeto Gráfico e Design da Capa: Thesis Ed. Cien. e o autor

Revisão: O autor

Catálogo na publicação
Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

S944p

Sueth, Robson

Plâncton social: vivendo em fluxo na contemporaneidade
/ Robson Sueth. – Teresina: Thesis, 2026.

Livro em PDF

ISBN 978-65-83199-73-7

1. Sociologia. I. Sueth, Robson. II. Título.

CDD 301

Índice para catálogo sistemático

I. Sociologia

Thesis Editora Científica
Teresina – PI – Brasil
contato@thesiseditora.com.br
www.thesiseditora.com.br

SUMÁRIO

Apresentação	7
Introdução	8
Capítulo 1 - O que é o plâncton social	11
Capítulo 2 - O mundo em fluxo	19
Capítulo 3 - Base produtiva: o fitoplâncton social	26
Capítulo 4 - Zooplâncton social: consumo, circulação e reciclagem de fluxos	33
Capítulo 5 - Natação passiva: a adaptação ao fluxo	40
Capítulo 6 - Plâncton social como bioindicador: sinais de uma sociedade em desequilíbrio	47
Capítulo 7 - Vida em rede: os "interaction networkers"	55
Capítulo 8 - O sujeito diluído	62
Capítulo 9 - Trabalho e sobrevivência	69
Capítulo 10 - Educação e formação	76
Capítulo 11 - Tecnologia e fluxo: algoritmos, previsibilidade e direção	84
Capítulo 12 - Entre plâncton e sujeito	92
Capítulo 13 - Ainda é possível agir?	99
Capítulo 14 - O plâncton social na prática: como essa condição aparece na vida	106
Conclusão: Entre o fluxo e a direção	113
Referências	118
Sobre o autor	120

APRESENTAÇÃO

Este livro nasce de uma inquietação que não se apresenta como problema evidente, mas como experiência recorrente. Ao observar o cotidiano contemporâneo, torna-se cada vez mais frequente a percepção de que a vida se organiza em torno de um movimento constante, no qual as ações se multiplicam, as demandas se intensificam e o tempo parece sempre insuficiente. No entanto, esse movimento não se traduz, necessariamente, em maior clareza de direção.

A proposta desta obra é compreender essa condição a partir da ideia de fluxo. Mais do que um simples aumento de velocidade, trata-se de uma forma específica de organização da experiência, que altera a relação com o tempo, com o trabalho, com a atenção e com a própria capacidade de sustentar projetos de longo prazo.

Nesse contexto, surge a metáfora do “plâncton social”. Inspirada no campo biológico, essa imagem não pretende reduzir a complexidade da vida social, mas oferecer uma chave interpretativa para compreender a posição do indivíduo em um ambiente marcado por dinâmicas que se reorganizam continuamente. O plâncton não é passivo, mas também não determina plenamente seu movimento. Ele existe em relação às correntes.

A escolha por uma linguagem clara e acessível não representa simplificação do problema, mas uma opção deliberada por ampliar o alcance da reflexão. O livro busca dialogar tanto com leitores familiarizados com o campo acadêmico quanto com aqueles que reconhecem, em sua própria experiência, as tensões aqui apresentadas.

Não se trata de oferecer respostas definitivas, nem de propor soluções externas ao mundo em que vivemos. Ao contrário, a intenção é construir um percurso que permita tornar visível uma condição muitas vezes naturalizada e, a partir disso, abrir espaço para perguntas que talvez já estivessem presentes, mas ainda não formuladas com clareza.

Se ao final da leitura o leitor não encontrar respostas prontas, mas perceber com maior nitidez as condições em que vive e age, este livro terá cumprido seu propósito.

INTRODUÇÃO

Em um primeiro olhar, a imagem do plâncton pode parecer distante da vida humana. Trata-se de organismos microscópicos, suspensos em correntes oceânicas, movendo-se menos por vontade própria e mais pelo fluxo que os atravessa. No entanto, é justamente nessa aparente distância que reside uma chave interpretativa poderosa para compreender a condição contemporânea.

Este livro parte de uma hipótese simples, mas provocadora: uma parcela significativa da vida social atual pode ser compreendida a partir da lógica do plâncton.

Vivemos em um mundo marcado por fluxos contínuos, de informação, de trabalho, de consumo, de expectativas. Nesse contexto, indivíduos participam intensamente da vida social, produzem, consomem, interagem, decidem. Mas, ao mesmo tempo, fazem isso em condições que não controlam plenamente. Movem-se, muitas vezes, mais por adaptação às correntes do que por direção própria.

Essa condição não implica ausência de ação. Pelo contrário, trata-se de uma forma intensa de participação. No entanto, é uma participação marcada por limites: o sujeito age, mas segundo margens estreitas; decide, mas sob pressões constantes; se movimenta, mas em fluxos previamente estruturados. É nesse ponto que emerge a ideia de plâncton social.

O plâncton, na biologia, constitui a base da vida marinha. Sustenta cadeias alimentares, regula ecossistemas e responde rapidamente às mudanças ambientais. Ele não é irrelevante, é fundamental. Mas sua existência é marcada por uma característica decisiva: sua mobilidade depende, em grande medida, das correntes.

Ao transpor essa imagem para o campo social, não se trata de reduzir o ser humano a um organismo passivo, mas de evidenciar uma forma específica de existência que ganha força na contemporaneidade: uma vida

marcada pela conectividade, pela adaptabilidade e pela inserção em redes, mas também pela dificuldade de interromper, redirecionar ou resistir aos fluxos que a organizam.

Nesse sentido, o conceito de plâncton social não pretende ser uma metáfora ilustrativa, mas uma ferramenta de interpretação. Ele busca nomear uma experiência difusa, mas amplamente compartilhada: a sensação de estar sempre em movimento, sempre conectado, sempre respondendo e, ao mesmo tempo, com pouca capacidade de definir o rumo desse movimento.

Esse fenômeno atravessa diferentes dimensões da vida social. Ele se manifesta no trabalho, marcado por instabilidade e adaptação contínua; na educação, tensionada entre formação e desempenho; na tecnologia, organiza fluxos de informação e atenção; e nas relações sociais, cada vez mais mediadas por redes que ampliam a conexão, mas fragmentam a presença.

Ao longo deste livro, serão exploradas as múltiplas dimensões dessa condição. Partindo de uma analogia com o plâncton biológico, especialmente suas formas fitoplantônicas e zooplantônicas, serão analisadas as maneiras pelas quais indivíduos sustentam, circulam e respondem aos fluxos sociais contemporâneos.

No entanto, este não é um livro sobre passividade. É um livro sobre tensão. A tensão entre adaptação e direção. Entre participação e autonomia. Entre estar no fluxo e poder interrompê-lo.

Ao reconhecer a existência dessa condição, abre-se também a possibilidade de a interrogar: até que ponto somos conduzidos? E até que ponto ainda podemos conduzir? Responder a essas perguntas é, em última instância, refletir sobre o que significa agir, decidir e existir no mundo contemporâneo.

Nesse contexto, surge a tese central do livro: A sociedade contemporânea é sustentada por uma forma predominante de existência que pode ser compreendida como “plâncton social”: indivíduos altamente conectados, produtivos e adaptáveis, cuja ação se organiza menos por

projetos próprios e mais pela adaptação contínua às correntes econômicas, tecnológicas e simbólicas que não controlam.

Nesse contexto, a liberdade não desaparece, mas é tensionada por uma lógica de fluxo que favorece a adaptação em detrimento da direção, produzindo uma forma de vida marcada pela simultânea participação e diluição do sujeito. Complementando: Vivemos em uma sociedade de plâncton: sustentamos tudo, mas controlamos pouco.

CAPÍTULO 1

O QUE É O PLÂNCTON SOCIAL

A ideia de plâncton, à primeira vista, parece distante da experiência humana. Trata-se de organismos microscópicos que vivem suspensos na água, deslocando-se conforme as correntes. No entanto, é justamente essa forma de existência, marcada pela participação constante no fluxo e pela limitação do movimento autônomo, que oferece uma chave poderosa para compreender a vida social contemporânea.

Na biologia, o plâncton constitui a base dos ecossistemas aquáticos. Ele não ocupa o topo da cadeia alimentar, nem exerce controle sobre o ambiente em que vive. Ainda assim, é indispensável. Sem ele, a vida marinha simplesmente não se sustenta. Como destacam Odum e Barrett (2015, p. 157), “o fitoplâncton representa a principal base produtiva dos ecossistemas aquáticos, sendo responsável por grande parte da produção primária do planeta”.

Essa característica, ser estruturalmente fundamental e, ao mesmo tempo, pouco visível, já indica uma primeira aproximação possível com a vida social. Há, nas sociedades contemporâneas, uma vasta quantidade de indivíduos que sustentam o funcionamento econômico, cultural e institucional, mas que raramente ocupam posições de direção ou controle. São trabalhadores, consumidores, usuários, participantes ativos de redes e fluxos que mantêm o sistema em funcionamento. No entanto, a analogia não se limita à função estrutural. O aspecto mais relevante do plâncton não é apenas sua posição na cadeia, mas a forma como ele se move.

Diferentemente de organismos que nadam ativamente, o plâncton desloca-se principalmente por deriva. Ele pode realizar pequenos movimentos, mas sua trajetória é, em grande medida, definida pelas

correntes. Essa condição é descrita por Nybakken e Bertness (2005, p. 34), ao afirmarem que “o plâncton é composto por organismos que não conseguem nadar contra as correntes, sendo transportados passivamente pelos movimentos da água”. É exatamente nesse ponto que a transposição conceitual ganha força.

Na sociedade contemporânea, indivíduos não estão parados. Eles se movimentam intensamente: trabalham, estudam, consomem, interagem, produzem conteúdo, tomam decisões. No entanto, grande parte desse movimento ocorre de acordo com fluxos que não são plenamente controlados por eles: fluxos econômicos, tecnológicos, informacionais e institucionais. Essa condição não significa ausência de ação, mas uma forma específica de ação: uma ação situada, condicionada, frequentemente adaptativa.

Zygmunt Bauman (2001, p. 9), ao analisar a modernidade líquida, já apontava para essa característica ao afirmar que “as condições sob as quais agem os indivíduos mudam mais rapidamente do que as maneiras de agir”. Isso significa que o sujeito contemporâneo precisa constantemente se ajustar a contextos que se transformam de maneira acelerada, muitas vezes sem tempo suficiente para estabilizar suas escolhas.

Nesse cenário, a adaptação torna-se uma competência central. Ser capaz de responder rapidamente a mudanças, de reorganizar trajetórias e de ajustar expectativas passa a ser mais valorizado do que sustentar projetos de longo prazo. Essa lógica aproxima-se diretamente da condição do plâncton: uma forma de existência que não se caracteriza pela ausência de movimento, mas por um movimento predominantemente orientado pelo ambiente.

Ao mesmo tempo, essa condição é profundamente marcada pela conexão em rede. Manuel Castells (2010, p. 500) descreve a sociedade contemporânea como uma sociedade em rede, na qual “as estruturas sociais são organizadas em torno de redes digitais de comunicação e informação”. Nessas redes, indivíduos estão permanentemente conectados, participando de fluxos de informação, interação e produção simbólica.

No entanto, essa conectividade não implica necessariamente maior autonomia. Pelo contrário, muitas vezes significa maior inserção em dinâmicas que operam em larga escala e que escapam ao controle individual. O sujeito participa intensamente, mas sua capacidade de interferir na direção dos fluxos permanece limitada. É nesse contexto que se torna possível formular o conceito de plâncton social.

O plâncton social não é um indivíduo passivo, nem um sujeito alienado no sentido clássico. Trata-se de alguém que participa ativamente da vida social, mas cuja ação se organiza predominantemente em resposta a fluxos externos. Ele trabalha, consome, interage, decide, mas o faz de acordo com margens de possibilidade delimitadas por estruturas que não controla plenamente.

Essa condição pode ser compreendida, em termos filosóficos, como uma forma de tensão entre liberdade e facticidade. Jean-Paul Sartre (2015, p. 33) afirma que o ser humano está "condenado a ser livre", o que significa que não pode deixar de escolher. No entanto, essa liberdade não se exerce no vazio, mas em condições concretas que limitam as possibilidades de ação. No caso do plâncton social, essa tensão assume uma forma particular. O indivíduo continua sendo responsável por suas escolhas, mas essas escolhas são feitas condicionada a fluxos que orientam, pressionam e, muitas vezes, antecipam suas possibilidades.

Martin Heidegger (2015), ao discutir a noção de impessoalidade (*das Man*), descreve uma forma de existência na qual o indivíduo se orienta por padrões socialmente estabelecidos, agindo "como se faz", "como se espera", "como é comum". Essa condição não implica ausência de existência, mas uma forma de existência na qual a singularidade tende a ser absorvida por dinâmicas coletivas. Essa descrição aproxima-se da ideia de plâncton social na medida em que evidencia uma vida que se realiza no interior de fluxos compartilhados, muitas vezes sem interrupção reflexiva.

No entanto, é importante destacar que o conceito de plâncton social não pretende ser uma categoria totalizante. Nem todos os indivíduos vivem

exclusivamente nessa condição, nem essa condição se manifesta da mesma forma em todos os contextos. O que se propõe é reconhecer uma tendência.

Uma forma de existência que se torna cada vez mais comum em contextos marcados por: aceleração do tempo social; intensificação das demandas de adaptação; centralidade das redes digitais; precarização das condições de trabalho; e ampliação de sistemas de regulação e monitoramento.

Hartmut Rosa (2013, p. 29), ao discutir o conceito de aceleração social, argumenta que a modernidade tardia é marcada por uma "intensificação do ritmo de vida que exige constante adaptação dos indivíduos". Essa exigência de adaptação permanente contribui para a produção de uma existência orientada mais pela resposta do que pela direção. Nesse sentido, o plâncton social pode ser compreendido como uma forma de vida que emerge nesse contexto: uma vida que participa intensamente, mas que encontra dificuldades crescentes para interromper, redirecionar ou resistir aos fluxos que a atravessam.

Essa condição não deve ser interpretada de forma exclusivamente negativa. Assim como o plâncton biológico sustenta a vida marinha, o plâncton social sustenta o funcionamento das sociedades contemporâneas. Ele produz, circula, conecta, mantém o sistema em operação. O problema não está na existência dessa condição, mas na sua predominância.

Quando a adaptação se torna a principal forma de relação com o mundo, a capacidade de projetar, de interromper e de redefinir trajetórias tende a se reduzir. O sujeito continua agindo, mas sua ação passa a ocorrer segundo margens cada vez mais estreitas. É nesse ponto que o conceito de plâncton social se transforma em uma ferramenta crítica.

Ele permite nomear uma experiência difusa, mas amplamente compartilhada: a sensação de estar sempre em movimento, sempre respondendo, sempre conectado e, ao mesmo tempo, com pouca capacidade de determinar o rumo desse movimento.

Ao longo deste livro, essa condição será explorada em suas diferentes dimensões. A partir da analogia com o plâncton biológico, serão analisadas as formas pelas quais indivíduos sustentam, respondem e se adaptam aos fluxos sociais contemporâneos.

Mais do que uma metáfora, trata-se de uma tentativa de compreender uma forma de vida. Uma forma de vida que não elimina a liberdade, mas a tensiona. Uma forma de vida que não impede a ação, mas a condiciona. Uma forma de vida que, ao mesmo tempo em que sustenta o mundo, revela os limites da capacidade de conduzi-lo.

O plâncton social não é uma metáfora distante, nem uma categoria restrita a determinados grupos. Ele é uma forma de viver que se instala quando o movimento passa a depender mais das condições do ambiente do que da direção escolhida pelo sujeito. Ao nomear essa condição, não estamos apenas descrevendo uma realidade, mas tornando visível algo que, muitas vezes, já era vivido sem ser reconhecido.

E talvez seja exatamente esse o primeiro deslocamento necessário: perceber que não se trata apenas de observar o fenômeno, mas de reconhecer-se dentro dele. Porque, a partir desse ponto, a pergunta deixa de ser “o que é o plâncton social?” e passa a ser outra, mais incômoda e mais decisiva: em que medida a minha própria forma de viver já está sendo conduzida pelo fluxo?

Desdobramentos

A ideia de plâncton social ganha forma mais clara quando observamos situações que, à primeira vista, parecem comuns. Um profissional acorda cedo, inicia sua rotina, organiza mentalmente as tarefas do dia. Há um certo senso de direção inicial. No entanto, ao longo das horas, esse planejamento vai sendo progressivamente atravessado por demandas externas: mensagens, solicitações inesperadas, mudanças de prioridade.

Ao final do dia, ele esteve ativo, respondeu a diversas exigências, cumpriu parte do que precisava. Ainda assim, ao tentar reconstruir o que fez, percebe que seu movimento foi menos conduzido por decisões próprias e mais orientado pelas circunstâncias que se impuseram.

Essa experiência não é restrita a uma área específica. Ela se repete, com variações, em diferentes contextos. Um professor entra em sala com um plano de aula estruturado. Nos primeiros minutos, consegue iniciar o desenvolvimento do conteúdo. Pouco depois, surgem interrupções: dúvidas paralelas, demandas disciplinares, distrações mediadas por dispositivos. Ele não deixa de ensinar, mas precisa constantemente reorganizar sua ação. Ao final, o conteúdo foi trabalhado, mas a experiência foi marcada por ajustes sucessivos, muitas vezes distantes da intenção inicial.

Algo semelhante ocorre no campo da saúde. Um profissional inicia seu turno com protocolos definidos e procedimentos planejados. Ao longo do atendimento, no entanto, surgem imprevistos: urgências, sobrecarga, falta de recursos, necessidade de decisões rápidas. Ele age, decide, resolve problemas. Mas esse agir ocorre sob pressão constante, em um ambiente que redefine prioridades a todo momento. A ação existe, mas se desenvolve dentro de um fluxo que não pode ser completamente antecipado.

No cotidiano mais comum, essa condição também se manifesta. Uma pessoa decide dedicar algumas horas ao estudo ou à leitura. Prepara o ambiente, inicia a atividade, estabelece um ritmo. Em poucos minutos, é interrompida por notificações, lembranças de outras tarefas, pequenas urgências. Retoma, interrompe novamente, tenta reorganizar o foco. Ao final, houve contato com o conteúdo, mas a continuidade foi fragmentada. O esforço foi real, mas a experiência foi marcada por descontinuidades.

Esses exemplos não indicam falta de disciplina ou incapacidade individual. Eles revelam uma condição mais ampla, na qual o ambiente interfere continuamente na organização da ação. O indivíduo continua sendo responsável por suas escolhas, mas essas escolhas são feitas dentro de

um campo que se modifica constantemente. A ação não desaparece, mas se torna mais reativa, mais ajustada às circunstâncias imediatas.

Com o tempo, essa dinâmica deixa de ser percebida como exceção. Ela passa a ser incorporada como forma normal de funcionamento. O indivíduo aprende a lidar com interrupções, desenvolve estratégias de adaptação, ajusta suas expectativas. Em vez de buscar continuidade prolongada, passa a trabalhar com fragmentos. Em vez de controlar o ritmo, aprende a responder a ele.

Esse processo produz um efeito silencioso: a redução da percepção de direção. O indivíduo continua em movimento, mas esse movimento nem sempre se organiza como percurso. Ele avança, mas nem sempre sabe exatamente em que direção. Realiza tarefas, cumpre demandas, responde ao que surge, mas encontra dificuldade em conectar essas ações em um sentido mais amplo.

É nesse ponto que a ideia de plâncton social se torna mais evidente. Não como uma metáfora distante, mas como uma forma de descrever essa experiência cotidiana. O indivíduo não está parado. Ele participa ativamente da vida social, trabalha, decide, se envolve. No entanto, seu movimento ocorre em relação a forças que o atravessam e que nem sempre podem ser plenamente controladas.

Ao reconhecer essa condição, algo começa a mudar. Não necessariamente nas ações imediatas, mas na forma como elas são percebidas. Situações que antes pareciam isoladas passam a ser compreendidas como parte de um padrão. Interrupções deixam de ser vistas apenas como imprevistos e passam a ser entendidas como elementos estruturais da experiência contemporânea.

Esse reconhecimento não resolve o problema, mas produz um deslocamento importante. Ele permite que o indivíduo observe a própria rotina com mais atenção, identificando momentos em que age por decisão

e momentos em que apenas responde ao fluxo. Essa distinção, embora sutil, é decisiva.

Porque, a partir dela, torna-se possível perceber que o plâncton social não é apenas uma condição externa. Ele se manifesta na forma como organizamos o tempo, na maneira como reagimos às demandas, nas escolhas que fazemos, ou deixamos de fazer, ao longo do dia.

E é justamente nesse nível, mais cotidiano e menos abstrato, que essa ideia ganha força. Não como conceito distante, mas como algo que se inscreve nas pequenas decisões, nos ajustes silenciosos, nos movimentos quase automáticos que, pouco a pouco, vão moldando a forma de viver.

CAPÍTULO 2

O MUNDO EM FLUXO

Se o conceito de plâncton social ajuda a nomear uma forma de existência, é preciso agora compreender o ambiente no qual essa forma se torna possível. O plâncton não existe fora das correntes. Da mesma forma, o plâncton social só pode ser compreendido a partir do mundo em que vive: um mundo marcado por fluxos intensos, contínuos e, muitas vezes, incontroláveis.

A sociedade contemporânea é, antes de tudo, uma sociedade em movimento. Informações circulam em tempo real, decisões são tomadas rapidamente, vínculos se reorganizam com frequência e expectativas mudam de forma acelerada. Nesse contexto, a estabilidade deixa de ser a regra e passa a ser a exceção.

Bauman (2001, p. 14) descreve esse cenário como modernidade líquida, caracterizada pela dificuldade de manter formas sociais duradouras, já que “as formas sociais não conseguem manter sua forma por muito tempo”. Essa condição implica que indivíduos precisam constantemente se adaptar a novas situações, muitas vezes sem referências estáveis para orientar suas escolhas. Essa fluidez não significa ausência de estrutura, mas transformação contínua das estruturas. O mundo não é desorganizado, ele é dinâmico. No entanto, esse dinamismo exige dos indivíduos uma capacidade permanente de ajuste.

Rosa (2013) aprofunda essa análise ao discutir o conceito de aceleração social. Para o autor, a modernidade contemporânea é marcada por uma intensificação do ritmo de vida que se manifesta em três dimensões: aceleração tecnológica, aceleração das mudanças sociais e aceleração do ritmo de vida. Como ele afirma, “a experiência moderna é caracterizada por uma pressão constante para fazer mais em menos tempo” (Rosa, 2013, p. 29).

Essa pressão não é apenas externa. Ela se internaliza. O indivíduo passa a organizar sua vida em função da velocidade: responder rapidamente, produzir continuamente, atualizar-se constantemente. O tempo deixa de ser apenas um recurso e se transforma em uma exigência. Nesse cenário, o fluxo não é apenas uma característica do mundo, ele se torna uma condição da existência.

A isso se soma a centralidade das redes. Castells (2010, p. 497) demonstra que as sociedades contemporâneas são organizadas em torno de redes de informação e comunicação que operam em escala global e que “as redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades”.

Essas redes não só ampliam a capacidade de conexão, mas também reconfiguram a forma como os indivíduos participam da vida social. Estar conectado torna-se quase obrigatório. Participar dos fluxos de informação, interação e produção simbólica passa a ser parte da experiência cotidiana.

No entanto, essa conectividade não implica controle. Pelo contrário, muitas vezes significa maior exposição a fluxos que operam em larga escala e que escapam à capacidade de intervenção individual. Nesse ponto, a analogia com o plâncton torna-se ainda mais evidente.

Assim como o plâncton biológico vive imerso em correntes que determinam sua trajetória, o sujeito contemporâneo encontra-se envolvidos em fluxos que orientam seu movimento. Ele não está imóvel. Ele se move intensamente, mas em direções que não definiu.

Essa condição é reforçada pela presença crescente de sistemas tecnológicos que organizam a circulação de informação. Algoritmos selecionam conteúdos, orientam escolhas, definem visibilidades. O que aparece, o que circula e o que ganha relevância não depende apenas da decisão individual, mas de estruturas que operam de forma opaca. Nesse sentido, o fluxo contemporâneo não é apenas natural, ele é também produzido.

Isso não significa que os indivíduos sejam totalmente determinados por essas estruturas, mas indica que suas possibilidades de ação são mediadas por

elas. O sujeito continua escolhendo, mas escolhe conforme um campo previamente configurado.

Essa condição pode ser compreendida como uma intensificação daquilo que já estava presente na modernidade: a tensão entre autonomia e estrutura. No entanto, na contemporaneidade, essa tensão assume uma forma mais dinâmica. O problema não é apenas a existência de limites, mas a velocidade com que esses limites se transformam.

Anthony Giddens (1991) já apontava que a modernidade é caracterizada por processos de desencaixe, nos quais relações sociais são deslocadas de contextos locais e reorganizadas através de extensões indefinidas de tempo e espaço. A separação entre tempo e espaço constitui, nesse processo, uma das condições fundamentais das formas modernas de organização social. Esse desencaixe contribui para a sensação de deslocamento constante. O indivíduo participa de múltiplos contextos ao mesmo tempo, muitas vezes sem conseguir estabelecer uma relação estável com nenhum deles.

Do ponto de vista existencial, essa condição pode ser interpretada como uma ampliação da facticidade. O sujeito continua livre, mas suas escolhas são feitas em um ambiente altamente complexo, mutável e interconectado. A liberdade não desaparece, mas se torna mais difícil de exercer de forma deliberada.

Heidegger (2015), ao discutir a existência cotidiana, já indicava que o ser humano tende a se orientar por aquilo que se faz, se diz, se espera. Na sociedade contemporânea, essas referências são constantemente atualizadas pelos fluxos de informação, o que intensifica a tendência à adaptação. O resultado é uma forma de vida marcada por uma dupla condição: intensa participação e limitada direção.

O indivíduo participa de redes, interage, produz, consome, responde. Mas, ao mesmo tempo, encontra dificuldades crescentes para interromper o fluxo, desacelerar ou redefinir seu percurso. A continuidade do movimento

passa a ser mais importante do que sua direção. É nesse contexto que a adaptação se torna uma competência central.

Características como adaptar-se rapidamente, aprender continuamente, ajustar-se a novas demandas, passam a ser valorizadas não apenas no trabalho, mas na vida em geral. A capacidade de sustentar um projeto de longo prazo, por outro lado, torna-se mais difícil de manter em ambientes instáveis. Essa lógica aproxima-se diretamente da condição do plâncton: uma existência que não se define pela ausência de ação, mas por uma ação orientada pelo ambiente.

No entanto, é importante destacar que essa condição não é homogênea. Nem todos os indivíduos experimentam o fluxo da mesma forma. Existem diferenças significativas relacionadas a posição social, acesso a recursos, estabilidade institucional e condições de trabalho. Ainda assim, é possível identificar uma tendência geral: a ampliação de uma forma de vida marcada pela inserção em fluxos contínuos, pela necessidade de adaptação e pela dificuldade de estabelecer direções estáveis.

Essa tendência tem implicações profundas. Ela afeta a forma como as pessoas trabalham, aprendem, se relacionam e constroem sentido para suas vidas. Afeta também a maneira como se percebem como sujeitos: menos como agentes que definem trajetórias e mais como participantes de dinâmicas em constante transformação.

Nesse sentido, compreender o mundo em fluxo não é apenas descrever um contexto. É compreender a condição na qual se torna possível a existência do plâncton social. Se o capítulo anterior apresentou o conceito, este capítulo permite entender o seu ambiente. Um ambiente no qual mover-se é inevitável. Mas dirigir-se, cada vez mais difícil.

O mundo em fluxo não elimina a ação, mas altera profundamente suas condições. O indivíduo continua ativo, continua produzindo, continua decidindo. No entanto, passa a fazê-lo em um ambiente que fragmenta o tempo, dispersa a atenção e dificulta a continuidade. O resultado não é a

imobilidade, mas um movimento constante que nem sempre se organiza como direção.

Diante disso, a questão central deixa de ser se estamos ou não em movimento. Isso já está dado. A questão passa a ser outra: como sustentar algum tipo de direção em um mundo que continuamente nos empurra para a dispersão? É essa tensão que prepara o terreno para o próximo passo: compreender como o indivíduo se adapta a esse fluxo.

Desdobramentos

Há um tipo de cansaço que não se explica apenas pela quantidade de atividades realizadas ao longo do dia. Ele aparece mesmo quando as tarefas foram cumpridas, quando não houve sobrecarga evidente ou esforço físico intenso. Trata-se de um desgaste mais difuso, difícil de localizar, que parece estar ligado não ao que foi feito, mas à forma como o tempo foi vivido.

Em muitos casos, o dia transcorre sem pausas reais. Há intervalos, mas eles não se configuram como interrupção do fluxo. Mesmo nos momentos em que não há uma atividade claramente definida, a atenção permanece em estado de prontidão. Como se algo pudesse surgir a qualquer momento, uma mensagem, uma demanda, uma nova informação. O corpo pode estar em repouso, mas a mente permanece em alerta.

Essa condição produz uma experiência particular do tempo. As horas passam, mas não deixam a sensação de continuidade. Em vez disso, o que se acumula são fragmentos: pequenas ações, mudanças rápidas de foco, alternâncias constantes. Ao final, há a percepção de que o dia foi preenchido, mas não necessariamente vivido como um percurso.

Em situações como essa, torna-se mais difícil sustentar uma relação mais direta com o próprio ritmo. Quando alguém tenta desacelerar, não no sentido de parar completamente, mas de permanecer em uma mesma atividade por mais tempo, surge um desconforto sutil. Não é exatamente impaciência, mas

uma espécie de inquietação. Como se a permanência exigisse um esforço maior do que a mudança.

Esse desconforto raramente é reconhecido como parte de um processo mais amplo. Ele costuma ser interpretado como característica pessoal: dificuldade de concentração, necessidade de estímulo, falta de disciplina. No entanto, ao observar com mais atenção, percebe-se que essa experiência não é isolada. Ela se repete em diferentes pessoas, em diferentes contextos, com intensidades variadas.

Há também momentos em que o fluxo se torna quase imperceptível. A pessoa passa de uma atividade a outra sem perceber claramente a transição. Quando se dá conta, já está envolvida em algo diferente do que havia planejado inicialmente. Esse deslocamento não é resultado de uma decisão explícita, mas de uma sequência de pequenas mudanças que, somadas, alteram o percurso. Com o tempo, essa dinâmica afeta a forma como se percebe a própria capacidade de escolha. Não porque as escolhas deixem de existir, mas porque elas se tornam mais difusas. Em vez de decisões mais estruturadas, o que predomina são ajustes contínuos, respostas imediatas, pequenas adaptações.

Isso não significa ausência de direção, mas uma dificuldade crescente de mantê-la ao longo do tempo. A intenção inicial pode estar presente, mas sua continuidade exige um esforço adicional, não apenas de concentração, mas de resistência às interferências que surgem constantemente.

Em alguns momentos, surge o desejo de interromper esse movimento. Não de forma radical, mas como tentativa de recuperar algum tipo de continuidade. No entanto, essa interrupção nem sempre se sustenta. Após um breve período, o fluxo retorna, muitas vezes de maneira ainda mais intensa.

Esse retorno não ocorre necessariamente por imposição externa. Ele já foi incorporado como forma de funcionamento. A mudança constante deixa de ser percebida como algo que acontece e passa a ser vivida como algo esperado. É nesse ponto que a experiência do fluxo se torna mais difícil de

distinguir. Não porque ela desapareça, mas porque se torna familiar. O indivíduo continua se movendo, continua respondendo, continua se adaptando, mas já não percebe com a mesma clareza quando está escolhendo e quando está apenas acompanhando o movimento.

E é justamente nessa zona mais silenciosa, em que a distinção entre decisão e resposta se torna menos evidente, que a experiência do fluxo se instala de maneira mais profunda. Não como evento isolado, mas como forma contínua de viver o tempo, a atenção e a própria ação.

CAPÍTULO 3

BASE PRODUTIVA: O FITOPLÂNCTON SOCIAL

Se, na biologia, o fitoplâncton constitui a base produtiva dos ecossistemas aquáticos, na sociedade contemporânea também é possível identificar uma camada ampla de indivíduos cuja atividade sustenta o funcionamento geral do sistema. Essa camada não ocupa necessariamente posições de prestígio ou visibilidade, mas desempenha um papel estruturalmente indispensável.

O fitoplâncton é responsável pela produção primária nos oceanos, convertendo energia solar em matéria orgânica e sustentando, direta ou indiretamente, todas as demais formas de vida marinha. Como afirmam Odum e Barrett (2015, p. 157), “a produção primária realizada pelo fitoplâncton constitui a base das cadeias alimentares aquáticas”. Sem essa atividade, os níveis superiores da cadeia simplesmente não existiriam.

Ao transpor essa lógica para o plano social, torna-se possível compreender que há uma vasta rede de atividades humanas que desempenha função análoga: sustentar a produção, a circulação e a reprodução da vida social. São trabalhadores de diferentes setores, muitas vezes exercendo funções operacionais, administrativas, de serviços ou de suporte, que mantêm o funcionamento cotidiano das instituições, das economias e das redes sociais.

Esses indivíduos produzem, organizam, executam, atendem, cuidam, mantêm. Sua ação é contínua, difusa e, frequentemente, pouco reconhecida. No entanto, é justamente essa ação que sustenta o conjunto. Nesse sentido, o conceito de fitoplâncton social permite nomear essa base produtiva invisibilizada. Trata-se de sujeitos cuja atividade é fundamental, mas

cujas visibilidade é limitada. Eles não aparecem como protagonistas do sistema, mas são responsáveis por sua sustentação. Sua atuação não é episódica, mas contínua. Não é excepcional, mas cotidiana.

Essa condição pode ser relacionada à análise de Karl Marx sobre o trabalho como fundamento da produção social. Para Marx (2013b, p. 255), “o trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza”, no qual o ser humano atua sobre a natureza e, ao transformá-la, transforma também a si próprio. No entanto, na sociedade capitalista, esse trabalho tende a se tornar invisível em sua dimensão concreta, sendo reconhecido apenas como valor abstrato. Essa invisibilização não significa ausência de importância, mas deslocamento de reconhecimento. O que sustenta o sistema nem sempre é o que aparece como central.

Guy Standing (2013), ao discutir o conceito de precariado, aponta para a existência de uma camada crescente de trabalhadores submetidos a diferentes formas de insegurança relacionadas ao trabalho, à renda e à construção de uma identidade ocupacional estável. Essa condição reforça a ideia de uma base produtiva que sustenta o sistema, mas que não participa plenamente de seus benefícios.

Nesse contexto, o fitoplâncton social não é apenas produtivo, ele é também vulnerável. Sua capacidade de sustentar o sistema não se traduz automaticamente em reconhecimento, estabilidade ou autonomia. Pelo contrário, muitas vezes está associada a condições de trabalho marcadas por intensificação, fragmentação e baixa valorização.

Richard Sennett (2012), ao analisar o novo capitalismo, destaca que a flexibilização das relações de trabalho tende a produzir trajetórias instáveis, nas quais as pessoas são forçadas a se adaptar constantemente a novas condições, sem a possibilidade de construir narrativas coerentes de longo prazo. Essa instabilidade reforça a lógica do fluxo: trabalhar passa a significar responder continuamente a demandas mutáveis.

Nesse cenário, a produtividade não desaparece, ela se intensifica. No entanto, essa intensificação ocorre sob condições que limitam a capacidade de controle sobre o próprio trabalho. Essa característica aproxima ainda mais a analogia com o fitoplâncton. Assim como esses organismos produzem continuamente energia para o sistema, mas não controlam o ambiente em que vivem, o fitoplâncton social produz valor, serviços e funcionamento, mas sob condições que não define plenamente.

É importante destacar que essa condição não se restringe a um grupo específico. Ela atravessa diferentes níveis e setores da sociedade. Mesmo profissionais qualificados e atuando em posições consideradas estáveis podem experimentar formas de trabalho marcadas por intensificação, pressão por desempenho e necessidade constante de adaptação.

Isso indica que o fitoplâncton social não deve ser compreendido apenas como uma classe social específica, mas como uma função estrutural que se distribui de maneira ampla. Essa função está relacionada à sustentação do sistema. Tudo aquilo que mantém o funcionamento contínuo da sociedade, como serviços essenciais, atividades administrativas, produção de conteúdo, manutenção de estruturas, cuidado com pessoas, pode ser compreendido como parte dessa base produtiva.

No entanto, essa base não é homogênea. Ela é marcada por desigualdades internas, tanto em termos de condições de trabalho quanto de reconhecimento social. Alguns segmentos são mais valorizados, outros menos; alguns possuem maior estabilidade, outros vivem em condições precárias. Ainda assim, todos compartilham uma característica comum: sua atividade é indispensável para o funcionamento do sistema.

Do ponto de vista existencial, essa condição coloca o sujeito em uma posição particular. Por um lado, ele participa ativamente da produção social. Seu trabalho tem impacto real, contribui para o funcionamento do mundo e sustenta a vida coletiva. Por outro lado, sua capacidade de definir os rumos

dessa produção é limitada. Ele executa, mas raramente decide; sustenta, mas nem sempre direciona.

Essa tensão pode ser compreendida à luz da relação entre facticidade e projeto. O indivíduo possui a capacidade de projetar, de atribuir sentido ao que faz, de interpretar sua própria prática. No entanto, esses projetos são constantemente confrontados pelas condições concretas de trabalho.

Jean-Paul Sartre (2015) permite compreender a liberdade humana como uma liberdade exercida sempre em situação: o indivíduo não escolhe todas as condições que encontra, mas permanece responsável pelo modo como se posiciona diante delas. No caso do fitoplâncton social, essa perspectiva ganha uma dimensão específica: o sujeito continua livre, mas sua liberdade é exercida em margens estreitas, definidas por estruturas produtivas que limitam suas possibilidades.

Essa condição não elimina a possibilidade de sentido. Muitos trabalhadores encontram significado em suas atividades, constroem relações, desenvolvem competências e se reconhecem em seu fazer. No entanto, esse sentido precisa ser constantemente reconstruído diante de condições que nem sempre são favoráveis.

Outro aspecto importante refere-se à relação entre visibilidade e valor. Na sociedade contemporânea, há uma tendência de valorizar aquilo que aparece, que se destaca, que ganha visibilidade. No entanto, grande parte da produção social ocorre fora desse campo. São atividades que não aparecem, mas que sustentam aquilo que aparece. Essa inversão contribui para a invisibilização do fitoplâncton social.

O que é essencial não é necessariamente visível. E o que é visível nem sempre é essencial. Essa dissociação reforça a necessidade de um conceito que permita tornar visível essa base produtiva. Ao nomear o fitoplâncton social, não se trata apenas de descrever uma condição, mas de evidenciar uma estrutura frequentemente negligenciada. Trata-se de reconhecer que a sociedade contemporânea não se sustenta apenas por decisões estratégicas

ou por inovações visíveis, mas por uma base ampla de atividades contínuas e, muitas vezes, silenciosas.

Essa base não é periférica, é central. E, assim como no ecossistema marinho, sua estabilidade é fundamental para o equilíbrio do conjunto. No entanto, quando essa base é submetida a condições de instabilidade, sobrecarga e desvalorização, todo o sistema tende a ser afetado. A fragilidade do fitoplâncton social não é apenas um problema individual, é um problema estrutural. É nesse ponto que o conceito assume um caráter crítico.

Ele permite compreender que a sustentabilidade da vida social depende não apenas de inovação, crescimento ou eficiência, mas das condições concretas de existência daqueles que sustentam o sistema no cotidiano. Compreender o fitoplâncton social é, portanto, compreender a base. Uma base que produz, sustenta e mantém, mesmo quando não aparece.

A base produtiva do mundo contemporâneo não está apenas nas grandes estruturas visíveis, mas em uma rede ampla de ações cotidianas que sustentam o funcionamento do sistema. O fitoplâncton social produz, mantém e alimenta fluxos que ultrapassam sua própria percepção. Ele é essencial, mas nem sempre reconhecido como tal.

Essa condição revela uma contradição importante: quanto mais fundamental é a função exercida, menor tende a ser sua visibilidade. E é justamente nesse ponto que surge uma questão decisiva: o que acontece com o sujeito quando ele sustenta um sistema que não controla e do qual dificilmente se percebe como centro? Essa pergunta nos conduz diretamente à próxima dimensão: a circulação.

Desdobramentos

Há uma forma de envolvimento com aquilo que se faz que não se apresenta como escolha plenamente consciente, mas como continuidade quase automática. A pessoa inicia uma atividade e, sem perceber

claramente o momento de transição, já está completamente inserida nela. Não houve uma decisão explícita de aprofundamento, mas também não houve recuo. O movimento simplesmente se manteve.

Essa permanência, no entanto, não deve ser confundida com engajamento pleno. Em muitos casos, ela ocorre sem que haja uma relação mais reflexiva com o que está sendo feito. A ação continua, os gestos se repetem, as tarefas avançam, mas a experiência interna permanece em um nível mais superficial, como se o fazer estivesse parcialmente dissociado do sentido que o sustenta.

Com o tempo, essa forma de funcionamento produz um efeito discreto: a naturalização da atividade contínua. O indivíduo se acostuma a estar sempre fazendo algo, sempre envolvido em alguma tarefa, ainda que não haja uma clareza imediata sobre a importância ou o significado daquilo. O vazio entre uma ação e outra se torna incômodo, e a tendência passa a ser preenchê-lo rapidamente.

Esse preenchimento constante altera a relação com a pausa. Momentos que poderiam ser utilizados para interromper o ritmo e observar o que foi feito, ou mesmo para não fazer nada, passam a ser ocupados quase automaticamente. Não porque exista uma exigência externa direta, mas porque a interrupção começa a ser percebida como quebra de continuidade.

Há também uma mudança na forma como se percebe o próprio esforço. Nem sempre há sensação de desgaste intenso, mas também não há descanso efetivo. O indivíduo permanece em atividade, mas sem experimentar claramente os limites entre envolvimento, cansaço e recuperação. Tudo parece acontecer em um mesmo plano, sem distinções muito definidas.

Em alguns momentos, surge uma tentativa de recuperar sentido naquilo que está sendo feito. A pessoa se pergunta por que começou determinada atividade, o que pretendia alcançar, qual era a intenção inicial. No entanto,

essa reflexão frequentemente aparece de forma breve e não se sustenta por muito tempo. Logo, novas demandas, internas ou externas, retomam o movimento.

Esse processo não indica ausência de capacidade reflexiva, mas dificuldade de mantê-la diante de um ambiente que favorece a continuidade da ação. Pensar exige uma espécie de interrupção, ainda que momentânea, e essa interrupção nem sempre se instala com facilidade.

Com o passar do tempo, essa dinâmica pode gerar uma sensação sutil de deslocamento. O indivíduo reconhece que está ativo, que produz, que participa, mas encontra dificuldade em se identificar plenamente com aquilo que faz. Não porque haja rejeição, mas porque a relação com a atividade se tornou mais automática do que intencional.

Essa sensação não é necessariamente constante. Ela aparece em momentos específicos, muitas vezes de forma breve, quase como um intervalo de lucidez. Surge a percepção de que o movimento continua, mas a conexão com ele nem sempre é a mesma.

Ainda assim, essa percepção não se fixa. Ela se dissolve à medida que a atividade retoma seu curso. O fazer volta a ocupar o centro da experiência, e a reflexão retorna ao segundo plano.

É nesse tipo de situação que a dimensão produtiva da vida contemporânea se revela de forma mais sutil. Não apenas naquilo que é visível, mensurável ou reconhecido, mas na maneira como o próprio sujeito se mantém em atividade, muitas vezes sem interromper para perceber como essa atividade se organiza.

E é justamente nesse ponto, entre o fazer contínuo e a dificuldade de sustentar uma relação mais consciente com ele, que essa experiência se consolida. Não como exceção, mas como forma recorrente de viver o próprio envolvimento com aquilo que se faz.

CAPÍTULO 4

ZOOPLÂNCTON SOCIAL: CONSUMO, CIRCULAÇÃO E RECICLAGEM DE FLUXOS

Se o fitoplâncton constitui a base produtiva dos ecossistemas aquáticos, o zooplâncton desempenha uma função complementar: ele consome, transforma e recircula a energia produzida. Trata-se de organismos que se alimentam do fitoplâncton e, ao fazê-lo, participam ativamente da dinâmica do ecossistema, conectando diferentes níveis da cadeia alimentar.

Segundo Nybakken e Bertness (2005), o zooplâncton ocupa posição intermediária fundamental nas cadeias alimentares marinhas, estabelecendo a ligação entre a produção primária e os níveis tróficos superiores. Ele não produz a base energética, mas participa decisivamente de sua circulação e transformação. Ao transpor essa dinâmica para o campo social, torna-se possível identificar uma função análoga: a de indivíduos que, mais do que produzir diretamente, participam intensamente da circulação, consumo e transformação dos fluxos sociais. É nesse sentido que se propõe o conceito de zooplâncton social.

O zooplâncton social não é definido pela ausência de ação, mas por uma forma específica de participação: consumir, compartilhar, reproduzir, comentar, adaptar e redistribuir conteúdos, práticas e significados que circulam no ambiente social.

Essa condição é particularmente visível em contextos marcados pela centralidade da informação e das redes digitais. O sujeito contemporâneo não é apenas receptor passivo de conteúdos, ele participa ativamente da sua circulação. Ele lê, reage, compartilha, comenta, reinterpreta. No entanto, essa participação ocorre, em grande medida, nos fluxos previamente estruturados.

Jean Baudrillard (1995), ao analisar a sociedade de consumo, já indicava que o consumo não se limita à satisfação de necessidades, mas constitui um sistema de significação. Segundo o autor, "[...] o consumo é um modo ativo de relação (não apenas com os objetos, mas com a coletividade e com o mundo), um modo de atividade sistemática e de resposta global no qual se funda todo nosso sistema cultural" (Baudrillard, 1995, p. 22). Consumir, nesse sentido, é também produzir sentido. Essa produção de sentido, porém, não é totalmente autônoma. Ela se realiza dentro de estruturas simbólicas que orientam o que é desejável, visível ou relevante.

Na sociedade contemporânea, essa lógica se intensifica com a presença das redes digitais. Castells (2010) destaca que a comunicação em rede amplia as possibilidades de interação de muitos para muitos e reorganiza os processos pelos quais conteúdos e significados são produzidos e circulam socialmente. Segundo o autor, a comunicação de muitos para muitos redefine os processos de construção de significado na sociedade. Nesse contexto, o zooplâncton social torna-se um agente central na dinâmica dos fluxos.

Ele não cria necessariamente os conteúdos originais, mas os faz circular. Ele não define sozinho as tendências, mas contribui decisivamente para sua disseminação. Ele não controla o sistema, mas participa de sua reprodução contínua. Essa participação pode ser compreendida como uma forma de reciclagem social de fluxos.

Conteúdos são constantemente retomados, reinterpretados, remixados e redistribuídos. Ideias circulam, retornam, ganham novas formas. Informações são consumidas e, em seguida, devolvidas ao fluxo sob novas configurações. Esse processo não se restringe ao ambiente digital. Ele se manifesta também em práticas culturais, hábitos de consumo, discursos sociais e formas de interação cotidiana. No entanto, a intensidade e a velocidade dessa circulação são características marcantes da contemporaneidade.

Rosa (2013) aponta que a aceleração social não afeta apenas a produção, o ritmo das interações e a maneira como informações e experiências

se sucedem na vida cotidiana. Segundo o autor, a vida social se caracteriza por um aumento contínuo na velocidade das interações e na quantidade de estímulos. Isso implica que o sujeito é constantemente exposto a novos conteúdos, sendo chamado a reagir e responder de forma quase imediata.

Nesse cenário, o consumo deixa de ser um ato pontual e passa a ser um processo contínuo. O indivíduo consome enquanto se desloca, trabalha, descansa, interage. Ele está permanentemente inserido em fluxos de informação e estímulos, o que transforma a experiência cotidiana em um espaço de circulação constante. Essa condição reforça a analogia com o zooplâncton.

Assim como esses organismos se alimentam continuamente do que está disponível no ambiente, o sujeito contemporâneo consome continuamente os fluxos que o atravessam. No entanto, esse consumo não é apenas absorção, é também transformação. Ao compartilhar, comentar ou reinterpretar conteúdos, o indivíduo participa da sua reconfiguração. Ele não apenas recebe o fluxo, ele o modifica, ainda que dentro de limites. Essa participação ativa, no entanto, não implica autonomia plena.

Shoshana Zuboff (2019) demonstra que a experiência humana é progressivamente convertida em dados comportamentais, que podem alimentar sistemas destinados a produzir previsões sobre comportamentos futuros. Esse processo amplia a capacidade de antecipar e orientar ações, transformando a experiência dos indivíduos em matéria-prima para novas formas de produção econômica. Segundo a autora, o comportamento humano é traduzido em dados que são usados para modificar e direcionar ações futuras.

Nesse contexto, o zooplâncton social participa da circulação dos fluxos, mas também é objeto de sua organização. Ele consome, mas também é consumido enquanto dado. Ele participa, mas também é orientado. Ele circula, mas dentro de estruturas que antecipam seus movimentos. Essa condição produz uma forma de participação paradoxal: ativa e condicionada ao mesmo tempo. Do ponto de vista existencial, isso reforça a tensão entre

liberdade e adaptação. O sujeito continua escolhendo, mas suas escolhas são influenciadas por estruturas que operam de forma invisível e contínua.

Martin Heidegger (2015) já apontava que a existência cotidiana tende a se orientar por aquilo que se faz, se diz e se consome no ambiente social. Na contemporaneidade, essas referências são amplificadas pelos fluxos digitais, o que intensifica a tendência à repetição e à adaptação. Nesse sentido, o zooplâncton social não é apenas consumidor, é também reproduzidor de padrões.

Ao compartilhar conteúdos, repetir discursos e aderir a tendências, o indivíduo contribui para a estabilização de determinadas formas de ver, pensar e agir. Essa reprodução não é necessariamente consciente, mas é estruturalmente relevante. Outro aspecto importante refere-se à relação entre consumo e identidade.

Na sociedade contemporânea, consumir não é apenas adquirir bens, mas também construir formas de pertencimento. Escolhas de consumo de produtos, conteúdos, estilos de vida, tornam-se formas de expressão de identidade. No entanto, essa construção ocorre em um campo de possibilidades delimitado. O indivíduo escolhe, mas escolhe entre opções previamente configuradas.

Essa condição reforça a ideia de que o zooplâncton social opera dentro de margens de ação. Ele participa ativamente, mas sua participação é orientada. Ele transforma, mas com limites. Ele circula, mas não define plenamente o fluxo. É importante destacar que essa condição não deve ser interpretada como uma forma de alienação absoluta. O zooplâncton social possui agência, interpreta, reage, produz sentido. No entanto, essa agência é exercida em um ambiente altamente estruturado. Essa distinção é fundamental.

Não se trata de afirmar que os indivíduos são passivos, mas de reconhecer que sua atividade ocorre dentro de dinâmicas que condicionam suas possibilidades. Ao compreender o zooplâncton social, torna-se possível ampliar a análise da sociedade contemporânea para além da produção. Se o fitoplâncton social sustenta, o zooplâncton social faz circular.

E é nessa circulação que o sistema se reproduz. Ideias se espalham, práticas se consolidam, tendências se estabilizam, não apenas por decisão centralizada, mas pela participação contínua de milhões de indivíduos que consomem, compartilham e transformam o que circula.

Essa dinâmica revela que a sociedade contemporânea não é apenas produtiva, mas profundamente circulatória. E que essa circulação depende de uma forma específica de participação: Uma participação ativa, mas orientada. Criativa, mas condicionada. Intensa, mas situada. Compreender essa condição é fundamental para entender não apenas como o mundo funciona, mas como ele continua funcionando. Porque, assim como no ecossistema marinho, não basta produzir. É preciso circular.

Se a produção sustenta o sistema, é a circulação que o mantém em movimento. O zooplâncton social consome, transforma e redistribui aquilo que é produzido, garantindo a continuidade do fluxo. Nesse processo, o indivíduo não apenas participa, mas contribui ativamente para a forma que esse fluxo assume.

No entanto, essa participação ocorre sob condições específicas, em que a velocidade e a adaptação tendem a prevalecer sobre a permanência e o aprofundamento. Surge, então, uma questão inevitável: é possível consumir, participar e circular sem reforçar automaticamente a lógica do fluxo? Essa dúvida nos leva ao ponto seguinte: a forma como o indivíduo aprende a se mover nesse ambiente.

Desdobramentos

Há momentos em que a relação com aquilo que consumimos, informações, conteúdos, estímulos, deixa de ser percebida como escolha deliberada e passa a ocorrer de forma quase contínua. A pessoa inicia o contato com um conteúdo específico, mas, em poucos instantes, já está em outro. Não há necessariamente uma decisão clara de mudança, mas uma sequência de transições que se encadeiam sem pausa.

Essa dinâmica não se apresenta como problema imediato. Pelo contrário, ela costuma ser associada à ideia de atualização, de acesso rápido, de participação constante. No entanto, ao observar com mais atenção, percebe-se que o contato com os conteúdos tende a se tornar mais breve, mais fragmentado e menos aprofundado.

Não se trata de ausência de interesse, mas de dificuldade de permanência. A cada novo estímulo, abre-se uma possibilidade que compete com a anterior. O resultado não é a escolha de uma em detrimento da outra, mas a circulação entre várias, sem que nenhuma se sustente por tempo suficiente para gerar maior envolvimento.

Com o tempo, essa forma de interação altera a experiência da atenção. Em vez de se fixar, ela passa a se deslocar com mais facilidade. O indivíduo não deixa de prestar atenção, mas essa atenção se torna mais móvel, mais distribuída, menos concentrada em um único ponto.

Há também uma mudança na forma como se percebe o próprio interesse. Aquilo que inicialmente parecia relevante pode perder força rapidamente, não por falta de valor, mas pela entrada constante de novas possibilidades. O interesse não desaparece, mas se fragmenta.

Em alguns momentos, surge a tentativa de interromper esse movimento. A pessoa decide permanecer mais tempo em um conteúdo, aprofundar uma ideia, sustentar uma linha de raciocínio. No entanto, essa tentativa frequentemente encontra resistência interna. Não uma recusa consciente, mas uma tendência a retornar ao padrão de circulação.

Essa resistência não é necessariamente percebida como tal. Ela se manifesta de forma sutil: uma inquietação leve, uma vontade de verificar outra informação, uma sensação de que algo pode estar sendo perdido em outro lugar. Permanecer exige esforço, enquanto mudar parece mais natural.

Essa lógica não se restringe ao consumo de informações. Ela se estende à forma como o indivíduo se relaciona com ideias, opiniões e até mesmo com

suas próprias reflexões. Pensamentos iniciados são interrompidos, retomados parcialmente, substituídos por outros. O raciocínio continua, mas raramente se desenvolve de forma contínua até suas últimas consequências.

Ao longo do tempo, isso produz um efeito particular: a dificuldade de aprofundamento. Não por incapacidade, mas por um ambiente que favorece a circulação constante. O indivíduo conhece muitas coisas, entra em contato com diversas perspectivas, mas encontra dificuldade em permanecer tempo suficiente em uma delas para explorá-la com maior profundidade.

Essa experiência pode passar despercebida, porque se confunde com a própria dinâmica contemporânea de acesso à informação. No entanto, quando observada com mais atenção, revela uma mudança na forma como o conhecimento é vivido. Ele deixa de ser algo que se constrói progressivamente e passa a ser algo que se acessa de forma intermitente.

Em alguns momentos, surge a percepção de que muitas coisas foram vistas, lidas ou ouvidas, mas poucas foram realmente assimiladas. Essa sensação não aparece como falha evidente, mas como um reconhecimento difuso de que o contato não se converteu plenamente em compreensão.

Ainda assim, o movimento continua. Novos conteúdos surgem, novas possibilidades se apresentam, e a circulação se mantém. Não por imposição direta, mas porque essa forma de relação já foi incorporada como modo habitual de interação com o mundo.

É nesse fluxo contínuo entre consumir, mudar e retomar que essa experiência se consolida. Não como excesso isolado, mas como forma recorrente de lidar com aquilo que nos atravessa diariamente.

CAPÍTULO 5

NATAÇÃO PASSIVA: A ADAPTAÇÃO AO FLUXO

Se o fitoplâncton social sustenta e o zooplâncton social faz circular, a noção de natação passiva permite compreender a forma como os indivíduos se movem no interior dos fluxos sociais contemporâneos.

Na biologia, o plâncton é definido não apenas por sua função no ecossistema, mas por sua forma de deslocamento. Diferentemente de organismos capazes de nadar ativamente contra as correntes, o plâncton desloca-se predominantemente por deriva. Ele pode realizar pequenos movimentos, mas não possui força suficiente para determinar sua própria direção em relação ao fluxo. Essa característica é central: o plâncton não é imóvel, ele se move intensamente. No entanto, seu movimento é condicionado.

Segundo Nybakken e Bertness (2005), os organismos planctônicos apresentam capacidade de deslocamento insuficiente para superar correntes significativas, sendo seu movimento amplamente condicionado pelas massas de água. Essa condição não implica ausência de atividade, mas limitação da capacidade de orientação autônoma. Ao transpor essa dinâmica para o plano social, emerge a ideia de natação passiva como forma de existência contemporânea.

Os indivíduos se movem. E se movem muito. Trabalham, estudam, interagem, produzem, consomem, decidem. No entanto, esse movimento ocorre, em grande medida, em resposta a fluxos que não controlam plenamente. A vida contemporânea não é marcada pela inércia, mas pela hiperatividade adaptativa. Essa condição pode ser compreendida a partir da noção de adaptação contínua. O sujeito precisa constantemente ajustar-se

a novas demandas, reorganizar suas práticas, rever suas escolhas. O mundo muda rapidamente, e ele precisa acompanhar esse movimento.

Rosa (2013) descreve esse fenômeno ao afirmar que a modernidade tardia impõe aos indivíduos uma necessidade permanente de adaptação, uma vez que as condições sociais se transformam em um ritmo que exige constante reconfiguração das práticas e expectativas. Essa exigência transforma a adaptação em um princípio organizador da existência. Ainda para essa autora, a aceleração social não diz respeito apenas ao aumento da velocidade tecnológica, mas envolve também a intensificação das mudanças sociais e do ritmo da vida cotidiana. Nesse contexto, os indivíduos precisam reorganizar continuamente suas ações diante de condições que se transformam em intervalos cada vez menores.

Adaptar-se deixa de ser uma resposta pontual a situações específicas e passa a ser uma condição permanente. O indivíduo precisa estar sempre pronto para mudar: de emprego, de função, de linguagem, de ferramenta, de ritmo, de expectativa. Nesse cenário, a estabilidade torna-se difícil de sustentar.

Bauman (2001) já apontava que a fluidez da modernidade líquida implica a dissolução de estruturas duradouras. Segundo o autor, a vida líquida é uma vida precária, vivida em condições de incerteza constante. Essa incerteza reforça a necessidade de adaptação contínua. No entanto, essa adaptação não ocorre no vazio. Ela se dá em relação a fluxos específicos: econômicos, tecnológicos, informacionais e institucionais.

O indivíduo responde ao mercado de trabalho, às exigências institucionais, às dinâmicas das redes, às expectativas sociais. Ele ajusta seu comportamento em função dessas correntes. É nesse ponto que a noção de natação passiva ganha densidade.

O sujeito não está parado. Ele age, decide, se movimenta. Mas sua ação é predominantemente orientada por aquilo que o cerca. Ele reage mais do que dirige. Ajusta-se mais do que conduz. Essa condição não implica ausência de liberdade, mas uma forma específica de exercê-la.

Jean-Paul Sartre (2015) afirma que o ser humano está condenado à liberdade, o que significa que não pode deixar de escolher. No entanto, essa liberdade é sempre situada. O indivíduo escolhe segundo um conjunto de possibilidades que não criou. No caso da natação passiva, essa situação é intensificada. As possibilidades existem, mas são organizadas por fluxos que orientam as escolhas. O sujeito continua responsável por suas decisões, mas essas decisões são tomadas em um ambiente que favorece determinadas direções e dificulta outras. Essa dinâmica pode favorecer formas de má-fé, no sentido sartreano.

Ao atribuir suas ações exclusivamente às circunstâncias, o sistema exige, o mercado impõe", não há alternativa, o indivíduo pode reduzir sua percepção de responsabilidade. No entanto, essa redução não elimina a liberdade, apenas a obscurece. Ao mesmo tempo, é importante reconhecer que essa condição não é apenas subjetiva, mas estrutural. Não se trata de uma falha individual, mas de uma forma de organização social que privilegia a adaptação em detrimento da direção.

Heidegger (2015), ao discutir a existência cotidiana, descreve uma forma de ser em que o indivíduo se orienta pelo impessoal: o que se faz, se diz, se espera. Nessa condição, o sujeito tende a agir de acordo com padrões estabelecidos, sem necessariamente refletir sobre eles.

Na sociedade contemporânea, essa dinâmica é amplificada pelos fluxos contínuos de informação e pelas expectativas de resposta imediata. O indivíduo é constantemente chamado a reagir: responder mensagens, atualizar conteúdos, ajustar comportamentos. Essa constante solicitação reduz o espaço para interrupção. E é precisamente a interrupção que permite a direção.

Quando o fluxo não é interrompido, o movimento tende a se tornar automático. O sujeito continua ativo, mas sua atividade se aproxima de uma forma de repetição adaptativa. Essa condição pode ser compreendida como uma compressão da experiência. O tempo para refletir diminui. O tempo para

decidir se reduz. O tempo para sustentar um projeto se fragmenta. O presente se torna dominante, e o futuro passa a ser constantemente reconfigurado.

Nesse cenário, a pergunta “para onde estou indo?” tende a ser substituída por “o que preciso fazer agora?”. Essa substituição não é trivial. Ela indica uma mudança na forma de relação com o tempo e com a própria existência. Do ponto de vista existencial, isso representa um deslocamento do projeto para a adaptação.

O sujeito continua projetando, mas seus projetos são constantemente ajustados em função das condições imediatas. O longo prazo cede espaço ao curto prazo. A direção cede espaço à resposta. No entanto, é importante destacar que a natação passiva não é total. Assim como o plâncton pode realizar pequenos movimentos, o sujeito também possui margens de ação. Ele pode interpretar, resistir, redirecionar, ainda que de forma limitada.

Essas margens são fundamentais. Elas indicam que, mesmo em condições de forte condicionamento, a possibilidade de ação não desaparece. Ela se torna mais difícil, mais restrita, mas continua existindo. É nessa tensão que se constitui a experiência contemporânea. Entre mover-se e ser movido. Entre adaptar-se e dirigir-se. Entre responder e decidir.

Compreender a natação passiva é, portanto, compreender uma forma de existência que não se define pela ausência de ação, mas pela dificuldade de orientar essa ação. Uma existência em movimento constante, mas nem sempre em direção própria. E é justamente essa condição que abre a questão central deste livro: Se estamos imersos em fluxos que nos movem, até que ponto ainda podemos escolher para onde ir?

Adaptar-se ao fluxo não significa ausência de ação, mas uma forma específica de agir. A natação passiva descreve exatamente essa condição: o indivíduo se move, reage, decide, mas acatando limites definidos pelas correntes que o atravessam. Ele não está imóvel, mas também não determina plenamente sua trajetória.

Essa condição não é necessariamente consciente. Ela se instala como prática cotidiana, como modo de funcionamento. E é justamente por isso que se torna mais difícil de perceber. A pergunta que emerge, então, não é se estamos nos adaptando, mas até que ponto essa adaptação está substituindo a capacidade de escolher caminhos próprios?

Desdobramentos

Há situações em que a adaptação não se apresenta como escolha consciente, mas como resposta imediata a mudanças que vão surgindo ao longo do tempo. A pessoa não decide, de forma clara, alterar sua forma de agir; ela simplesmente ajusta, quase sem perceber, pequenas partes do seu comportamento para acompanhar aquilo que se impõe no momento.

Esses ajustes, quando observados isoladamente, parecem irrelevantes. Uma pequena mudança de rotina, uma alteração no modo de realizar uma atividade, uma nova forma de responder a determinada demanda. No entanto, quando se acumulam, passam a reorganizar silenciosamente a maneira como o indivíduo se relaciona com o próprio cotidiano.

O que chama atenção nesse processo é a ausência de ruptura. Não há um momento claro de transição, um ponto em que se possa dizer que algo mudou de forma decisiva. Ao contrário, a mudança ocorre de maneira contínua, quase imperceptível, como se fosse apenas uma extensão natural do que já vinha acontecendo.

Em muitos casos, essa adaptação se torna tão incorporada que deixa de ser percebida como tal. A pessoa passa a agir de determinada maneira não porque escolheu conscientemente fazê-lo, mas porque aquela forma de agir já se tornou a mais imediata, a mais disponível, a mais compatível com o ambiente em que está inserida.

Essa condição produz um efeito particular sobre a percepção de autonomia. O indivíduo continua tomando decisões, continua escolhendo

entre alternativas, mas essas escolhas já ocorrem dentro de um campo previamente ajustado. Não se trata de ausência de escolha, mas de um estreitamento gradual das possibilidades percebidas.

Há momentos em que essa dinâmica se torna mais evidente. Por exemplo, quando alguém tenta agir de forma diferente do habitual, sustentar um ritmo próprio, recusar uma adaptação automática, interromper um padrão já consolidado. Nessas situações, surge uma espécie de resistência interna, não necessariamente consciente, mas perceptível.

Essa resistência não se manifesta como proibição, mas como dificuldade. Aquilo que antes parecia simples, decidir, manter uma posição, sustentar um comportamento, passa a exigir mais esforço. Como se o corpo e a mente já estivessem ajustados a outro tipo de funcionamento.

Com o tempo, essa adaptação contínua pode gerar uma sensação discreta de deslocamento. Não no sentido de estranhamento imediato, mas como uma percepção gradual de que certas escolhas já não partem do mesmo ponto de antes. O indivíduo continua agindo, mas percebe, em alguns momentos, que sua ação já não se ancora com a mesma clareza em uma decisão inicial.

Essa percepção, quando surge, tende a ser breve. Logo, o movimento retoma seu curso, e a adaptação volta a operar como forma predominante de relação com o ambiente. A tentativa de interromper esse processo exige não apenas decisão, mas um esforço adicional para sustentar essa decisão ao longo do tempo.

Ainda assim, essa dinâmica não deve ser compreendida apenas como limitação. A capacidade de adaptação também permite que o indivíduo permaneça em funcionamento diante de condições variáveis. O problema não está na adaptação em si, mas na forma como ela se torna predominante, reduzindo o espaço para decisões que não sejam imediatamente alinhadas ao fluxo.

É nesse ponto que a experiência da natação passiva se revela de forma mais sutil. Não como ausência de movimento, mas como um modo de se mover que prioriza o ajuste contínuo em detrimento da definição mais clara de direção.

E é justamente nessa continuidade quase imperceptível, feita de pequenos ajustes, respostas rápidas e mudanças silenciosas, que essa forma de viver se consolida. Não como imposição evidente, mas como um modo habitual de acompanhar o fluxo, mesmo quando não se tem plena consciência de para onde ele conduz.

CAPÍTULO 6

PLÂNCTON SOCIAL COMO BIOINDICADOR: SINAIS DE UMA SOCIEDADE EM DESEQUILÍBRIO

Na biologia, o plâncton não é apenas a base dos ecossistemas aquáticos. Ele também funciona como um importante bioindicador. Alterações em sua composição, densidade ou comportamento revelam mudanças nas condições ambientais como qualidade da água, presença de poluentes, variações de temperatura e níveis de oxigenação.

Segundo Odum e Barrett (2005), alterações na composição e nas relações entre organismos de uma comunidade podem fornecer indicadores importantes das condições ambientais. No caso dos ecossistemas aquáticos, mudanças nas comunidades planctônicas podem, assim, contribuir para a avaliação das condições do ambiente.

Ao transpor essa ideia para o plano social, torna-se possível compreender que os indivíduos, especialmente aqueles participando das dinâmicas do plâncton social, também expressam, em suas experiências cotidianas, sinais importantes sobre as condições da sociedade em que vivem.

O sofrimento, o cansaço, a ansiedade, a desmotivação e a sensação de perda de sentido não são apenas experiências individuais. Eles podem ser interpretados como indicadores de desequilíbrios mais amplos. Nesse sentido, o plâncton social não apenas sustenta e circula o sistema, ele também denuncia suas tensões.

Sintomas que não são apenas individuais

Nas últimas décadas, tem-se observado um aumento significativo de fenômenos como estresse crônico, esgotamento profissional, ansiedade e depressão. Embora esses fenômenos tenham múltiplas causas, é cada vez mais difícil compreendê-los exclusivamente como problemas individuais.

Byung-Chul Han (2015, p. 101) argumenta que a sociedade contemporânea, marcada pela lógica do desempenho, produz sujeitos que se auto exploram. Segundo o autor, “O sujeito de desempenho explora a si mesmo, até consumir-se completamente”. Nesse modelo, a pressão não vem apenas de fora, mas é internalizada.

Essa internalização está diretamente relacionada à lógica do fluxo. O indivíduo precisa produzir, responder, adaptar-se continuamente. A pausa torna-se difícil. O limite, difuso. O descanso, muitas vezes, insuficiente. O resultado é uma forma de exaustão que não se explica apenas pelo volume de trabalho, mas pela intensidade da adaptação exigida.

Christophe Dejours (2012), ao analisar o sofrimento no trabalho, destaca que as condições organizacionais podem produzir formas de desgaste psíquico que não são imediatamente visíveis, mas afetam profundamente os trabalhadores. O sofrimento pode emergir, nesse contexto, da tensão entre as exigências da organização do trabalho e as possibilidades de resposta do sujeito. Esse descompasso é característico da condição do plâncton social. O indivíduo é constantemente solicitado, mas nem sempre possui as condições necessárias para responder adequadamente. Ele tenta se adaptar, mas essa adaptação tem custos.

A normalização do desgaste

Um dos aspectos mais preocupantes dessa condição é a sua normalização. O cansaço constante passa a ser visto como parte da vida. A ansiedade, como consequência inevitável. A sobrecarga, como algo

esperado. Expressões como “é assim mesmo”, “todo mundo está assim” ou “faz parte” tornam-se comuns. Essa naturalização dificulta a percepção do problema. Quando o desgaste se torna regra, ele deixa de ser questionado.

Rosa (2013) aponta que a aceleração social contribui para essa normalização ao transformar a intensificação do ritmo da vida em uma condição estrutural da modernidade, diante da qual os indivíduos experimentam crescente pressão para acompanhar as transformações sociais. Nesse cenário, o sofrimento deixa de ser interpretado como um sinal de desequilíbrio e passa a ser entendido como uma falha individual de adaptação. O problema deixa de ser o sistema, passa a ser o sujeito.

Bioindicadores sociais: o que os sujeitos revelam

Ao retomar a analogia com o plâncton, torna-se possível reinterpretar essas experiências. Assim como alterações no plâncton indicam mudanças no ambiente, o sofrimento social pode ser compreendido como um bioindicador das condições estruturais da sociedade. Quando há aumento generalizado de exaustão, ansiedade e desmotivação, isso não indica apenas fragilidade individual. Indica que algo nas condições de vida, trabalho e interação social está em desequilíbrio.

Esses sinais podem se manifestar de diferentes formas: sensação de estar sempre atrasado; dificuldade de concentração; necessidade constante de atualização; perda de interesse por atividades antes significativas; sensação de estar sempre respondendo, nunca conduzindo. Essas experiências são recorrentes e não são aleatórias. Elas expressam a relação entre o sujeito e o fluxo.

A subjetividade sob pressão

A condição de plâncton social implica uma forma específica de pressão sobre a subjetividade. O sujeito precisa ser: produtivo, disponível, adaptável, conectado, responsivo. Essa multiplicidade de exigências tende a

produzir uma fragmentação da experiência. O indivíduo precisa alternar rapidamente entre diferentes tarefas, papéis e expectativas, muitas vezes sem tempo para integrar essas experiências.

Richard Sennett (2012), ao analisar as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo, demonstra que a fragmentação e a descontinuidade das experiências dificultam a construção de narrativas coerentes de vida e a sustentação de referências duradouras de identidade. Essa dificuldade não é apenas cognitiva, é existencial. Sem continuidade, torna-se mais difícil atribuir sentido. Sem estabilidade, torna-se mais difícil projetar. Sem direção, torna-se mais difícil escolher.

Entre adaptação e adoecimento

É importante reconhecer que a adaptação tem limites. Até certo ponto, ela permite que o indivíduo se ajuste às condições do ambiente. No entanto, quando as exigências ultrapassam a capacidade de resposta, a adaptação se transforma em desgaste. Esse limite não é sempre visível.

Muitas vezes, o sujeito continua funcionando: trabalha, responde, produz, participa. Mas esse funcionamento pode ocorrer à custa de um esgotamento progressivo. É nesse ponto que o plâncton social revela sua função de bioindicador. Ele mostra que o sistema continua operando, mas também mostra o custo dessa operação.

O risco da leitura individualizante

Um dos riscos mais frequentes na interpretação desses fenômenos é reduzi-los a problemas individuais: falta de resiliência, baixa capacidade de adaptação, dificuldade de organização. Essa leitura, no entanto, ignora o contexto.

Como destaca Dejours (2012), o sofrimento no trabalho não pode ser compreendido isoladamente do ambiente em que ocorre. Ele é resultado de uma relação entre o sujeito e as condições de sua atividade. Ao reconhecer o plâncton social como bioindicador, torna-se possível deslocar o foco da análise: Do indivíduo isolado para as condições estruturais. Do sintoma para o sistema. Da culpa para a compreensão

O que o plâncton social nos diz

O plâncton social não fala diretamente. Ele não formula teorias, não produz diagnósticos sistemáticos, não define políticas. Mas ele expressa, em sua experiência cotidiana, sinais importantes. Sinais de que: o ritmo pode estar excessivo; as exigências podem estar desproporcionais; as condições podem estar inadequadas; os limites podem estar sendo ultrapassados. Esses sinais não devem ser ignorados. Assim como no ecossistema marinho, ignorar os indicadores pode levar ao agravamento do desequilíbrio.

Uma leitura necessária

Compreender o plâncton social como bioindicador é um passo importante para ampliar a análise da sociedade contemporânea. Não se trata apenas de descrever o funcionamento do sistema, mas de compreender seus efeitos. Não se trata apenas de observar o fluxo, mas de avaliar suas consequências. E, sobretudo, não se trata apenas de adaptar-se, mas de perguntar: o que essa adaptação está custando?

O plâncton, no campo biológico, indica a qualidade do ambiente. No campo social, algo semelhante ocorre. As formas de vida, os modos de trabalho, os níveis de exaustão e adaptação revelam muito mais sobre o sistema do que sobre os indivíduos isoladamente.

Ao observar essas condições, torna-se possível perceber que aquilo que muitas vezes é interpretado como problema individual pode ser, na verdade,

expressão de um ambiente que exige adaptação contínua. Surge, então, uma inversão importante: não se trata apenas de entender o sujeito, mas de ler o ambiente a partir dele. E esse ambiente se organiza, cada vez mais, em redes.

Desdobramentos

Há momentos em que a percepção sobre si mesmo não surge de forma direta, mas mediada por pequenos sinais acumulados ao longo do tempo. Não é uma constatação imediata, mas um reconhecimento que se forma aos poucos, a partir de experiências que, isoladamente, parecem pouco significativas.

A pessoa percebe, por exemplo, que certas sensações se repetem. Um cansaço que aparece em horários semelhantes, uma dificuldade de manter atenção em situações específicas, uma sensação de urgência que surge mesmo quando não há demanda explícita. Esses sinais não são necessariamente interpretados como problema. Muitas vezes, são vistos como parte natural da rotina.

No entanto, quando se tornam frequentes, começam a compor um quadro mais amplo. Ainda que não haja uma análise sistemática, o indivíduo passa a perceber que há um padrão em funcionamento. Algo se repete, mesmo que não seja imediatamente compreendido.

Essa percepção não vem acompanhada, necessariamente, de clareza. Ao contrário, costuma aparecer como uma sensação difusa de que algo poderia ser diferente, mas não se sabe exatamente o quê. Não há um ponto específico a ser corrigido, nem uma causa evidente a ser identificada.

Em alguns momentos, essa percepção se intensifica. Pode ocorrer em um intervalo de silêncio, em uma pausa inesperada, ou mesmo em uma situação em que o ritmo habitual é interrompido. Nesses momentos, o indivíduo tem a impressão de que sua forma de viver está sendo conduzida por um padrão que ele reconhece, mas não controla plenamente.

Ainda assim, essa percepção não se sustenta por muito tempo. Logo, o cotidiano retoma sua força, e os sinais voltam a se diluir na sequência de atividades. O reconhecimento permanece, mas em segundo plano.

Há também uma tendência a individualizar essas experiências. A pessoa atribui a si mesma aquilo que percebe: falta de organização, dificuldade de concentração, excesso de preocupação. Essa interpretação não está necessariamente errada, mas pode ocultar o fato de que essas experiências não são isoladas.

Quando observadas com mais atenção, essas sensações aparecem em diferentes momentos e, muitas vezes, em diferentes pessoas. Não como algo idêntico, mas como variações de um mesmo tipo de experiência. Ainda assim, essa dimensão mais ampla nem sempre é percebida.

Esse processo cria uma espécie de leitura fragmentada de si. O indivíduo reconhece aspectos do seu funcionamento, mas não necessariamente os conecta em um quadro mais integrado. Ele percebe os efeitos, mas nem sempre identifica o padrão que os produz.

Em alguns casos, surge a tentativa de reorganizar essa percepção. A pessoa busca entender melhor o que está acontecendo, tenta estabelecer relações entre diferentes momentos, procura identificar causas. No entanto, essa tentativa frequentemente se depara com a dificuldade de sustentar uma observação mais contínua.

A atenção, que poderia se voltar para essa análise, acaba sendo redirecionada para outras demandas. O movimento retoma seu curso, e a possibilidade de leitura mais ampla se perde novamente.

Essa dinâmica não impede o reconhecimento, mas o torna intermitente. O indivíduo percebe, mas não sustenta; identifica, mas não aprofunda; intui, mas não desenvolve plenamente essa intuição.

É nesse intervalo, entre perceber e não conseguir sustentar a percepção, que essa experiência se consolida. Não como ausência de

consciência, mas como uma forma de consciência fragmentada, que aparece em momentos específicos e se dissolve logo em seguida.

E é justamente nessa oscilação que a relação com o próprio modo de viver se torna mais difícil de estabilizar. Não porque não haja sinais suficientes, mas porque a continuidade necessária para compreendê-los de forma mais integrada nem sempre se estabelece.

CAPÍTULO 7

VIDA EM REDE: OS "INTERACTION NETWORKERS"

Se o plâncton social sustenta, circula, se adapta e revela as tensões do sistema, é na vida em rede que essa condição se torna plenamente visível. A sociedade contemporânea não é apenas dinâmica ou acelerada, ela é profundamente conectada. Essa conectividade não é um elemento periférico. Ela estrutura a forma como os indivíduos trabalham, se comunicam, aprendem, consomem e constroem suas relações. Nesse sentido, compreender o plâncton social exige compreender a lógica das redes.

Castells (2010, p. 497) define a sociedade contemporânea como uma sociedade em rede, na qual "as funções e os processos dominantes estão organizados em torno de redes". Essas redes não são apenas tecnológicas, mas sociais, econômicas e culturais. Nelas, os indivíduos não ocupam posições fixas, mas nós, pontos de conexão que participam de fluxos contínuos de informação, interação e produção simbólica. É nesse contexto que emerge a figura dos *interaction networkers*, sujeitos cuja existência se organiza em torno da interação constante em rede.

Estar conectado como condição

Na sociedade contemporânea, estar conectado deixou de ser uma escolha eventual e passou a ser uma condição quase permanente. Mensagens, notificações, conteúdos, demandas, tudo circula continuamente. O indivíduo não apenas acessa a rede; ele vive nela. Essa condição transforma a experiência cotidiana. O tempo deixa de ser

segmentado entre “online” e “offline”. As fronteiras entre trabalho, lazer e interação social tornam-se difusas.

Sherry Turkle (2011), ao analisar os efeitos das tecnologias digitais sobre as relações humanas, identifica uma tensão entre o aumento permanente da conectividade e a possibilidade de crescente isolamento nas relações. Essa condição evidencia que a ampliação da conexão não necessariamente implica aprofundamento dos vínculos.

Interação contínua e presença dispersa

O *interaction networker* é caracterizado pela interação constante. Ele responde mensagens, comenta conteúdos, compartilha informações, participa de grupos, acompanha fluxos. Sua atividade não é pontual, é contínua. No entanto, essa continuidade tem um efeito específico: a dispersão da atenção.

Nicholas Carr (2011) argumenta que a exposição contínua aos fluxos digitais pode favorecer formas de leitura marcadas pela rapidez, pela fragmentação da atenção e pela dificuldade de concentração prolongada. Essa fragmentação não implica ausência de atividade, mas mudança na qualidade da experiência. O sujeito faz mais coisas, interage mais, responde mais, mas, muitas vezes, aprofunda menos.

O valor da visibilidade

Na vida em rede, a visibilidade assume um papel central. Aquilo que aparece, circula. Aquilo que circula, ganha relevância. E aquilo que ganha relevância tende a ser reproduzido. Essa lógica transforma a interação em uma forma de exposição. O indivíduo não apenas participa da rede, ele se apresenta nela. Publica, comenta, reage, constrói uma presença visível. Essa presença passa a ser parte de sua identidade.

Guy Debord (1997, p. 13), ao discutir a sociedade do espetáculo, já indicava que “tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação”. Na contemporaneidade, essa representação é amplificada pelas redes digitais. A vida não apenas acontece, ela é mostrada.

Interação como produção

Na lógica das redes, interagir é também produzir. Curtir, compartilhar, comentar, assistir geram dados, ampliam a circulação de conteúdos e contribuem para a organização dos fluxos.

Zuboff (2019) demonstra que as interações dos indivíduos podem ser convertidas em dados comportamentais, parte dos quais alimenta sistemas econômicos voltados à previsão de comportamentos futuros. Nesse sentido, o *interaction networker* não é apenas um participante da rede, ele é também parte de sua infraestrutura.

A lógica do engajamento

A vida em rede é organizada por uma lógica de engajamento. Conteúdos são produzidos para capturar atenção. Plataformas são estruturadas para manter o usuário conectado. Interações são incentivadas continuamente. Essa lógica reforça a dinâmica do fluxo.

O sujeito é constantemente chamado a participar, a reagir, a continuar. A interrupção torna-se difícil. O silêncio, raro. A desconexão, desconfortável. Nesse cenário, a interação deixa de ser apenas comunicação e passa a ser resposta contínua ao ambiente.

Entre conexão e dependência

A conectividade traz benefícios evidentes: acesso à informação, ampliação de redes sociais, possibilidades de expressão, novas formas de

trabalho e aprendizado. No entanto, ela também pode gerar formas de dependência. A necessidade de estar atualizado, de responder rapidamente, de acompanhar o que circula pode produzir ansiedade e sensação de perda quando a conexão é interrompida. Essa condição reforça a lógica da natção passiva. O sujeito continua ativo, mas sua atividade é orientada pelo fluxo da rede. Ele responde mais do que define. Participa mais do que direciona.

Identidade em rede

Na vida em rede, a identidade não é apenas construída internamente, mas também negociada externamente. O indivíduo se apresenta, recebe feedback, ajusta sua imagem, redefine sua forma de expressão. Esse processo é contínuo.

Giddens (1991) já apontava que a identidade na modernidade avançada é reflexiva, construída a partir de escolhas e narrativas. Na sociedade em rede, essa reflexividade se intensifica, pois o sujeito está constantemente exposto ao olhar dos outros. No entanto, essa construção ocorre em um ambiente altamente dinâmico, o que dificulta a estabilização da identidade.

O plâncton em rede

Ao integrar essas dimensões, torna-se possível compreender o plâncton social em sua forma mais contemporânea. O *interaction networker* está permanentemente conectado; participa ativamente da circulação de conteúdos; constrói sua presença em ambientes digitais; responde continuamente a estímulos; e sustenta, com sua atividade, a dinâmica das redes. Ele não é passivo, mas sua ação é profundamente condicionada. Ele interage, mas segundo estruturas que organizam a interação. Ele se conecta, mas nem sempre controla a direção dessa conexão.

Uma nova forma de existência

A vida em rede não é apenas uma característica da sociedade contemporânea, é uma forma de existência. Nela, o sujeito não apenas vive no mundo, mas em fluxos de informação, interação e visibilidade. Sua experiência é mediada por plataformas, algoritmos e dinâmicas de engajamento.

Essa condição amplia as possibilidades de ação, mas também intensifica os condicionamentos. Do ponto de vista do plâncton social, a rede é o ambiente por excelência. É nela que o sujeito: se move, se adapta, circula, e se revela.

Entre presença e direção

A vida em rede coloca o sujeito diante de uma nova tensão. Nunca estivemos tão presentes e, ao mesmo tempo, tão dispersos. Nunca participamos tanto e, ao mesmo tempo, dirigimos tão pouco. Essa tensão não é necessariamente resolvida. Mas precisa ser compreendida. Porque é nela que se define uma das questões centrais da vida contemporânea: estar conectado é o mesmo que estar no controle?

Viver em rede amplia possibilidades, conecta experiências e reduz distâncias. No entanto, também reorganiza a forma como o indivíduo se insere no mundo. Ele deixa de atuar apenas em espaços delimitados e passa a existir em múltiplas conexões simultâneas.

Essa ampliação, embora potente, também fragmenta a experiência. O sujeito está em vários lugares ao mesmo tempo, mas nem sempre plenamente em nenhum deles. Diante disso, emerge uma tensão central: até que ponto estar conectado significa, de fato, estar presente? Essa pergunta nos conduz a uma questão ainda mais profunda — a própria condição do sujeito.

Desdobramentos

Há uma forma de presença que não se mede pela ausência física, mas pela qualidade da atenção. A pessoa está ali, participa, responde, interage, mas, ao mesmo tempo, experimenta uma espécie de deslocamento sutil. Como se parte de sua atenção estivesse sempre em outro lugar, acompanhando algo que não se apresenta diretamente.

Essa experiência não se manifesta como desconexão evidente. Ao contrário, tudo parece funcionar normalmente. As respostas são dadas, as interações acontecem, o envolvimento se mantém. No entanto, há uma sensação discreta de que a presença não se estabelece de forma completa.

Em alguns momentos, isso se torna mais perceptível. Durante uma conversa, por exemplo, a pessoa percebe que ouviu apenas parte do que foi dito. Não por falta de interesse, mas porque sua atenção se deslocou brevemente, e esse deslocamento foi suficiente para interromper a continuidade da escuta.

Esse tipo de situação não é necessariamente problematizado. Ele se insere na dinâmica habitual das interações contemporâneas. Ainda assim, quando observado com mais atenção, revela uma mudança na forma como o indivíduo se relaciona com aquilo que está diante dele.

Há também momentos em que a pessoa tenta sustentar uma presença mais contínua. Decide prestar atenção de forma mais concentrada, acompanhar uma situação do início ao fim, permanecer em uma mesma experiência sem interrupções. No entanto, essa tentativa frequentemente encontra uma dificuldade sutil.

Não se trata de uma distração evidente, mas de uma espécie de abertura constante para outras possibilidades. Como se, mesmo estando presente, houvesse sempre a expectativa de que algo mais relevante pudesse surgir em outro lugar.

Essa expectativa não precisa ser consciente para produzir efeito. Ela se instala como uma disposição, uma forma de atenção que não se fixa completamente, porque permanece parcialmente orientada para o que ainda pode acontecer.

Com o tempo, essa forma de presença altera a experiência de continuidade. Situações são vividas, mas nem sempre acompanhadas em sua totalidade. O início, o meio e o fim não se conectam com a mesma clareza, e a memória dessas experiências tende a se organizar de maneira fragmentada.

Essa fragmentação não impede a participação, mas modifica a forma como ela se desenvolve. O indivíduo está presente, mas sua presença se distribui, se desloca, se ajusta continuamente. Ele não se ausenta, mas também não se fixa.

Em alguns momentos, surge a percepção de que essa forma de presença pode estar relacionada a algo mais amplo. Não apenas a uma característica individual, mas a um modo de funcionamento que se repete em diferentes situações. Ainda assim, essa percepção raramente se consolida como reflexão contínua.

A experiência segue seu curso. A atenção se move, as interações acontecem, o envolvimento se mantém, mas sempre com essa dimensão de parcialidade, difícil de definir e ainda mais difícil de sustentar como objeto de análise. É nesse tipo de situação que a vida em rede se manifesta de forma mais interna. Não apenas como conexão entre pessoas ou sistemas, mas como uma reorganização da própria atenção. O indivíduo continua presente, mas sua presença já não se estrutura como antes.

E é justamente nessa presença distribuída, simultaneamente envolvida e deslocada, que essa experiência se estabiliza. Não como exceção, mas como uma forma recorrente de estar no mundo.

CAPÍTULO 8

O SUJEITO DILUÍDO

Ao longo dos capítulos anteriores, foi possível compreender a emergência de uma forma de vida marcada pela inserção em fluxos contínuos, pela necessidade de adaptação e pela participação intensa em redes de produção e circulação. Nesse cenário, o indivíduo não desaparece, ele permanece ativo, conectado e produtivo. No entanto, algo se transforma na forma como esse indivíduo se constitui enquanto sujeito. É essa transformação que pode ser compreendida como um processo de diluição do sujeito.

O que significa diluição?

A ideia de diluição não implica desaparecimento. O sujeito não deixa de existir, nem perde completamente sua capacidade de agir. Pelo contrário, ele continua ativo. Diluir, aqui, significa outra coisa: perder densidade de direção, continuidade e centralidade na própria experiência.

O sujeito diluído é aquele que: participa intensamente, mas com dificuldade de orientar sua ação; está presente em múltiplos espaços, mas com baixa integração entre eles; toma decisões, mas sob forte influência de fluxos externos; constrói trajetórias, mas com dificuldade de sustentá-las ao longo do tempo. Essa condição não é um defeito individual. Ela emerge de um contexto específico: o contexto do plâncton social.

Fragmentação da experiência

Um dos primeiros efeitos dessa condição é a fragmentação. A vida contemporânea exige que o indivíduo transite rapidamente entre diferentes

tarefas, papéis e contextos. Ele responde mensagens, participa de reuniões, consome informações, produz conteúdos, toma decisões, muitas vezes simultaneamente. Essa multiplicidade de demandas tende a fragmentar a experiência.

Nicholas Carr (2011) observa que o uso intensivo da internet pode favorecer padrões de atenção caracterizados pela distração e pela alternância frequente do foco. Essa distração não é apenas cognitiva, é existencial. Essa distração não é apenas cognitiva, é existencial. Quando a experiência se fragmenta, torna-se mais difícil construir continuidade. E sem continuidade, torna-se mais difícil sustentar um projeto.

A perda de continuidade

A continuidade é um elemento central na constituição do sujeito. É ela que permite conectar passado, presente e futuro; sustentar escolhas; desenvolver projetos; atribuir sentido à experiência. No entanto, em um mundo marcado por fluxos acelerados e mudanças constantes, essa continuidade se fragiliza.

Bauman (2001) argumenta que, na modernidade líquida, as trajetórias tornam-se mais instáveis e menos previsíveis, enquanto a construção da identidade assume um caráter cada vez mais contínuo e aberto à reformulação. Isso significa que o sujeito precisa constantemente se reconstruir. No entanto, essa reconstrução contínua pode dificultar a consolidação de uma identidade mais estável.

Entre múltiplos “eus”

A vida em rede intensifica essa dinâmica. O indivíduo assume diferentes papéis em diferentes contextos: profissional, pessoal, digital, institucional. Ele se apresenta de formas distintas, ajusta sua linguagem, adapta sua postura. Essa multiplicidade não é necessariamente problemática. Ela pode ser uma

forma de riqueza. O problema surge quando esses diferentes “eus” deixam de se articular. Quando não há integração, há dispersão.

Giddens (1991) destaca que a identidade moderna exige um trabalho reflexivo de integração. No entanto, em contextos altamente dinâmicos, esse trabalho se torna mais difícil de sustentar. O sujeito passa a existir em múltiplos fragmentos, sem uma narrativa que os conecte plenamente.

O sujeito que responde

Outra característica do sujeito diluído é a predominância da resposta sobre a direção. O indivíduo responde a demandas, a estímulos, a fluxos. Ele reage mais do que propõe. Ajusta-se mais do que define. Essa condição está diretamente relacionada à lógica da natção passiva. O sujeito continua ativo, mas sua atividade é orientada por aquilo que o cerca. Ele não está parado, mas não está plenamente no controle do movimento.

Rosa (2013) sugere que a aceleração social contribui para essa condição ao intensificar a pressão temporal e dificultar formas mais demoradas e estáveis de relação com o mundo. Sem tempo para refletir, a ação tende a se tornar reativa.

A impessoalidade ampliada

Repensando Heidegger (2015), ao discutir a noção de *das Man*, em que descreve uma forma de existência orientada pelo impessoal: aquilo que se faz, se diz, e espera. Na sociedade contemporânea, essa impessoalidade é amplificada. As referências do que “se deve fazer” circulam continuamente nas redes, nos discursos sociais, nas expectativas institucionais. O sujeito encontra um ambiente já estruturado, no qual determinadas formas de agir são constantemente reforçadas. Essa condição favorece a repetição. O indivíduo tende a seguir padrões, não necessariamente por falta de capacidade crítica, mas pela intensidade das referências disponíveis.

Liberdade tensionada

É importante destacar que a diluição do sujeito não elimina a liberdade. Sartre (2015) afirma que a liberdade é constitutiva da condição humana. O indivíduo continua responsável por suas escolhas, mesmo quando tenta negá-las. No entanto, essa liberdade se torna mais difícil de exercer de forma consciente e deliberada. As escolhas continuam existindo, mas são feitas em um ambiente saturado de estímulos, pressões e orientações. O sujeito escolhe, mas escolhe condicionado aos fluxos que influenciam suas possibilidades. Essa condição pode gerar a sensação de que “não há escolha”, mesmo quando ela existe.

A experiência de si enfraquecida

Outro efeito da diluição é o enfraquecimento da experiência de si. Quando o sujeito está constantemente voltado para fora, respondendo, reagindo, adaptando-se, sobra menos espaço para a relação consigo mesmo. Refletir, interromper, avaliar, escolher exigem tempo e distanciamento. No entanto, o fluxo contínuo dificulta esse movimento.

Han (2015) argumenta que a sociedade contemporânea é marcada por um excesso de positividade e pela redução dos espaços de negatividade, pausa e interrupção. Essa dinâmica tende a dificultar o recuo necessário à reflexão. Sem esse recuo, a experiência de si tende a se enfraquecer.

O sujeito que não desaparece

Apesar de todas essas transformações, é fundamental afirmar: o sujeito não desaparece. Ele continua existindo, agindo, escolhendo, interpretando. O que se transforma é a forma dessa existência. O sujeito diluído não é um sujeito ausente, é, sim, um sujeito disperso, fragmentado, tensionado, inserido em múltiplos fluxos e com dificuldade crescente de sustentar direção.

Uma condição, não um destino

É importante compreender que a diluição do sujeito não é um destino inevitável, mas uma condição que emerge em determinados contextos. Ela pode ser mais ou menos intensa, dependendo das circunstâncias. E, sobretudo, pode ser reconhecida. Esse reconhecimento é fundamental. Porque, ao nomear essa condição, torna-se possível criar distância em relação a ela. E é nessa distância que pode emergir a possibilidade de direção.

A questão que permanece

O sujeito contemporâneo não deixou de agir. Mas passou a agir de outra forma. Mais conectado, mais ativo, mais presente e, ao mesmo tempo, mais disperso, mais pressionado, mais condicionado. Essa ambiguidade não se resolve facilmente. Mas ela precisa ser enfrentada. Porque, no fundo, a questão permanece: como sustentar um sujeito em um mundo que tende a diluí-lo?

Quando a experiência se fragmenta e o fluxo se intensifica, a própria ideia de sujeito começa a se deslocar. Não se trata de desaparecimento, mas de diluição. O indivíduo continua existindo, mas sua capacidade de sustentar continuidade, identidade e direção se torna mais instável. Essa condição não elimina a responsabilidade, mas a torna mais difícil de exercer. O sujeito precisa decidir, mas decide em meio a interrupções, pressões e instabilidades. Surge, então, uma questão fundamental: como sustentar a própria existência como projeto em um ambiente que favorece a dispersão?

Desdobramentos

Há momentos em que a relação consigo mesmo não se apresenta como continuidade, mas como uma sequência de estados que nem sempre se conectam de forma clara. A pessoa reconhece traços de si em determinadas situações, mas, em outras, percebe uma espécie de distância em relação ao que acabou de fazer, pensar ou sentir.

Essa experiência não aparece necessariamente como conflito explícito. Ela se manifesta de forma mais sutil, como uma dificuldade de sustentar uma imagem mais estável de si ao longo do tempo. Aquilo que parecia fazer sentido em um momento pode perder força rapidamente, não por ter sido superado, mas por ter sido deslocado por outras experiências.

Em alguns casos, essa mudança ocorre sem que haja uma reflexão consciente sobre ela. A pessoa simplesmente passa de uma posição a outra, de uma forma de pensar a outra, sem perceber claramente o processo de transição. Quando tenta retomar o que havia pensado anteriormente, encontra apenas fragmentos, como se partes da experiência tivessem se dispersado.

Essa dispersão não impede a construção de identidade, mas altera a forma como ela se organiza. Em vez de uma continuidade mais linear, o que se estabelece é uma composição mais fragmentada, na qual diferentes aspectos coexistem sem necessariamente se integrar plenamente.

Há também momentos em que essa condição se torna mais perceptível. A pessoa se surpreende com a própria reação, com uma decisão tomada de forma inesperada, ou com uma mudança de posicionamento que não havia sido antecipada. Não se trata de incoerência evidente, mas de uma sensação de que algo não se articula completamente.

Essa percepção, quando surge, pode gerar um breve esforço de compreensão. O indivíduo tenta reconstruir o percurso que o levou até aquele ponto, identificar as razões, estabelecer conexões. No entanto, essa tentativa nem sempre se sustenta. Logo, novas experiências se impõem, e a reflexão perde continuidade.

Com o tempo, essa dinâmica pode produzir uma forma específica de relação consigo mesmo. O sujeito continua se reconhecendo, mas esse reconhecimento ocorre de maneira parcial, em momentos isolados, sem necessariamente se consolidar como uma percepção mais integrada. Isso não significa perda de identidade, mas uma mudança na forma como ela se

mantém. Em vez de algo que se sustenta por continuidade, ela passa a se reorganizar constantemente, acompanhando as variações da experiência.

Há, no entanto, um efeito menos visível dessa condição. A dificuldade de sustentar uma percepção mais contínua de si pode reduzir o espaço para decisões que exigem permanência. Projetos mais longos, reflexões mais profundas, compromissos que demandam tempo passam a encontrar maior dificuldade para se estabilizar. Essa dificuldade não se apresenta como incapacidade, mas como uma consequência da forma como a experiência se organiza. Quando tudo se desloca com rapidez, manter algo ao longo do tempo exige um esforço adicional.

Em alguns momentos, surge a tentativa de interromper esse movimento e recuperar uma sensação mais clara de si. A pessoa busca retomar um fio, reconstruir uma linha de continuidade, compreender melhor o próprio percurso. No entanto, essa tentativa frequentemente se depara com a mesma dinâmica que a torna necessária. O movimento continua. Novas experiências surgem, novos deslocamentos acontecem, e a tentativa de fixação se dissolve novamente.

É nesse processo, entre reconhecer-se parcialmente e não conseguir sustentar esse reconhecimento, que essa experiência se consolida. Não como ausência de identidade, mas como uma forma mais instável de relação consigo mesmo. E é justamente nessa instabilidade, marcada por deslocamentos contínuos e percepções fragmentadas, que essa condição se estabelece como modo recorrente de viver a própria experiência.

CAPÍTULO 9

TRABALHO E SOBREVIVÊNCIA

Ao longo deste livro, foi possível compreender como a vida contemporânea se organiza em torno de fluxos, redes e exigências constantes de adaptação. No entanto, há uma dimensão em que essa condição se torna particularmente evidente: o trabalho. É no trabalho que o plâncton social se manifesta de forma mais concreta. Trabalhar, hoje, não é apenas produzir. É adaptar-se continuamente para permanecer.

Do trabalho como estrutura ao trabalho como condição instável

Historicamente, o trabalho ocupou um lugar central na organização da vida social. Ele estruturava o tempo, definia trajetórias, oferecia referências de identidade e garantia, ao menos em parte, condições de estabilidade. No entanto, nas últimas décadas, essa função vem se transformando.

Richard Sennett (2012) argumenta que o novo capitalismo é marcado pela flexibilização das relações de trabalho, produzindo trajetórias menos lineares, maior descontinuidade e dificuldades para sustentar compromissos de longo prazo. Essa transformação altera profundamente a experiência do trabalhador. O trabalho deixa de ser um eixo relativamente estável e passa a ser um espaço de constante reorganização.

Trabalhar para permanecer

Em muitos contextos contemporâneos, trabalhar não significa apenas produzir valor, significa manter-se incluído. O indivíduo precisa atualizar competências, adaptar-se a novas tecnologias, responder a demandas

variáveis, demonstrar disponibilidade contínua. O esforço não se limita à execução da atividade, mas inclui a própria manutenção da empregabilidade.

Guy Standing (2013) descreve essa condição ao analisar o precariado, caracterizado por insegurança no emprego, instabilidade de renda, fragilidade de identidade ocupacional e reduzida previsibilidade quanto ao futuro. Nesse cenário, o trabalho deixa de ser apenas meio de produção e passa a ser também uma forma de gestão permanente da própria sobrevivência.

A lógica da adaptação no trabalho

A adaptação, já discutida nos capítulos anteriores, encontra no trabalho seu campo mais exigente. O trabalhador contemporâneo precisa: aprender continuamente; adaptar-se a novas funções; lidar com mudanças organizacionais frequentes; responder a metas e indicadores; manter-se disponível e responsivo. Essa multiplicidade de exigências transforma o trabalho em um espaço de ajuste constante.

Hartmut Rosa (2013) observa que a aceleração das transformações sociais amplia a pressão para que os indivíduos adaptem continuamente suas práticas e expectativas. Nesse contexto, o trabalhador não apenas realiza tarefas, ele precisa constantemente se reorganizar para continuar realizando.

Entre autonomia e controle

Um dos aspectos mais complexos dessa transformação é a coexistência entre discursos de autonomia e práticas de controle. Por um lado, o trabalho contemporâneo frequentemente valoriza a iniciativa, a criatividade, a flexibilidade. O indivíduo é incentivado a ser autônomo, a se reinventar, a assumir responsabilidade por sua trajetória.

Por outro lado, essa autonomia ocorre dentro de estruturas altamente reguladas. Indicadores de desempenho, metas, avaliações, monitoramento digital, todos esses elementos organizam e limitam a ação do trabalhador. Essa tensão pode ser compreendida como uma forma de autonomia condicionada. O sujeito parece livre para agir, mas sua ação é constantemente orientada por parâmetros externos.

O trabalho como fluxo

A lógica do fluxo, central neste livro, manifesta-se de forma clara no trabalho. Tarefas se sucedem rapidamente. Demandas surgem de forma contínua. Projetos são iniciados, interrompidos, reformulados. O tempo de trabalho se fragmenta. O trabalhador passa a operar em um regime de urgência.

Christophe Dejours (2012) destaca que a intensificação do trabalho pode gerar sofrimento psíquico, especialmente quando há descompasso entre as exigências da organização e as condições de realização da atividade, restringindo as possibilidades de mobilização da inteligência e da criatividade do trabalhador. Nesse cenário, o fluxo não apenas organiza o trabalho, ele também o pressiona.

Sobrevivência e sentido

Uma das consequências mais profundas dessa condição é a tensão entre sobrevivência e sentido. O trabalho continua sendo necessário para garantir condições materiais de vida. No entanto, nem sempre oferece espaço para a realização pessoal ou para a construção de sentido. O indivíduo trabalha para sobreviver, mas nem sempre encontra no trabalho um espaço de reconhecimento ou de realização.

Karl Marx (2013a), ao analisar o trabalho alienado nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, observa que o trabalhador pode experimentar o trabalho como algo exterior a si, reconhecendo-se mais plenamente fora da

atividade que realiza. Na contemporaneidade, essa separação assume novas formas. O trabalho não é necessariamente repetitivo ou mecânico, mas pode ser instável, fragmentado e orientado por demandas externas. Essa condição dificulta a construção de uma relação mais integrada com o próprio fazer.

O plâncton no trabalho

Ao integrar essas dimensões, torna-se possível compreender o trabalhador contemporâneo como parte do plâncton social. Ele: sustenta o funcionamento do sistema; adapta-se continuamente às suas demandas; participa de fluxos produtivos e organizacionais; e, muitas vezes, possui limitada capacidade de direcionar sua própria trajetória.

Isso não significa ausência de ação ou de capacidade crítica. Pelo contrário, muitos trabalhadores desenvolvem estratégias, resistem, reinterpretam suas práticas. No entanto, essas ações ocorrem dentro de um campo de possibilidades delimitado.

A precariedade como condição ampliada

É importante destacar que a precariedade não se restringe a determinados setores. Embora seja mais visível em trabalhos informais ou de baixa remuneração, elementos de instabilidade e pressão estão presentes em diferentes níveis. Profissionais qualificados, inseridos em instituições consolidadas, também experimentam intensificação do trabalho, exigência de desempenho e necessidade de adaptação constante. Isso indica que a precariedade não é apenas uma condição específica, ela se torna uma tendência.

Entre resistência e adaptação

Diante desse cenário, o trabalhador não é apenas vítima passiva. Ele interpreta, reage, cria estratégias, busca sentido, estabelece limites quando

possível. No entanto, essas formas de resistência coexistem com a necessidade de adaptação. Essa coexistência caracteriza a condição do plâncton social no trabalho: adaptar-se para permanecer; resistir para não se perder completamente; ajustar-se sem desaparecer.

O trabalho como espaço de tensão

O trabalho contemporâneo não pode ser compreendido apenas como atividade produtiva. Ele é um espaço de tensão: entre estabilidade e instabilidade; entre autonomia e controle; entre sobrevivência e realização; entre adaptação e direção. É nesse espaço que o sujeito contemporâneo se movimenta. E é nesse movimento que se revela, de forma concreta, a condição do plâncton social.

A pergunta que emerge

Se o trabalho se torna cada vez mais instável, exigente e orientado por fluxos, surge uma questão fundamental: é possível sustentar um projeto de vida em um contexto em que o próprio trabalho exige constante reorganização? Responder a essa pergunta não é simples. Mas compreendê-la é essencial. Porque é no trabalho que a vida, muitas vezes, se decide.

O trabalho continua sendo um eixo central da vida social, mas suas condições se transformaram. Ele se tornou mais flexível, mais dinâmico e, ao mesmo tempo, mais instável. O indivíduo trabalha mais, responde mais, adapta-se mais.

No entanto, essa intensificação não se traduz necessariamente em maior controle sobre a própria trajetória. Ao contrário, muitas vezes reforça a dependência do fluxo. A questão que emerge, então, é direta: trabalhamos para construir direção ou para manter o movimento?

Desdobramentos

Há uma forma de preocupação que não se organiza em torno de um problema específico, mas de uma sensação contínua de que algo precisa ser mantido em funcionamento. A pessoa não está necessariamente diante de uma urgência concreta, mas carrega consigo a impressão de que não pode interromper completamente o movimento. Essa sensação não se apresenta como medo evidente, nem como ansiedade explícita. Ela aparece de maneira mais difusa, como uma necessidade de permanecer em atividade, de não se desligar completamente, de continuar acompanhando o que está acontecendo, mesmo que não haja uma exigência imediata.

Em alguns momentos, isso se torna mais perceptível quando surge a possibilidade de pausa. Em vez de produzir alívio, a interrupção do ritmo pode gerar um leve desconforto. Não há uma demanda clara a ser atendida, mas também não há uma tranquilidade plena. É como se o repouso não se completasse. Essa experiência altera a forma como se percebe o próprio descanso. Ele deixa de ser um tempo plenamente separado da atividade e passa a coexistir com ela. Mesmo em momentos de pausa, há uma continuidade silenciosa do envolvimento com aquilo que ainda pode surgir.

Com o tempo, essa dinâmica influencia a maneira como o indivíduo se relaciona com suas próprias expectativas. Aquilo que poderia ser vivido como escolha, iniciar algo novo, aprofundar uma atividade, mudar de direção, passa a ser atravessado por uma preocupação mais difusa: manter-se em funcionamento, não perder o ritmo, não se afastar do movimento geral.

Essa preocupação não é necessariamente formulada de forma consciente. Ela se instala como um pano de fundo, uma espécie de orientação implícita que acompanha diferentes decisões. O indivíduo continua escolhendo, mas suas escolhas tendem a se alinhar com aquilo que mantém a continuidade do movimento.

Há também uma mudança na forma como se percebe a própria disponibilidade. Mesmo quando há tempo, nem sempre há sensação de

abertura. O tempo existe, mas não se apresenta como espaço livre. Ele já parece ocupado, mesmo antes de ser preenchido. Essa antecipação do preenchimento altera a relação com o que ainda não foi feito. Em vez de ser vivido como possibilidade, o futuro imediato tende a ser percebido como extensão do que já está em andamento. O novo não se apresenta como ruptura, mas como continuidade.

Em alguns momentos, surge a tentativa de interromper essa lógica. A pessoa busca criar um espaço de suspensão, um intervalo real, uma experiência que não estejam diretamente ligadas à manutenção do movimento. No entanto, essa tentativa frequentemente encontra dificuldade para se sustentar. Não se trata de incapacidade de parar, mas de uma dificuldade de permanecer parado sem que algo retome o movimento. Após um breve intervalo, surge a necessidade de voltar a algum tipo de atividade, mesmo que não haja uma razão clara para isso.

Essa dinâmica não elimina a possibilidade de escolha, mas a torna mais condicionada. O indivíduo continua agindo, continua decidindo, mas dentro de um campo em que a continuidade do movimento já se apresenta como referência principal. É nesse ponto que a relação entre ação e necessidade se torna mais difícil de distinguir. Nem tudo o que é feito responde a uma exigência externa direta, mas também nem tudo se apresenta como escolha livre. Há uma zona intermediária, em que o movimento se mantém por si mesmo.

E é justamente nessa continuidade, sustentada mais pela necessidade de manter o fluxo do que por decisões claramente definidas, que essa experiência se consolida. Não como imposição evidente, mas como uma forma recorrente de permanecer em movimento, mesmo quando não há um motivo claramente identificado.

CAPÍTULO 10

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

Se o trabalho revela a condição do plâncton social em sua dimensão produtiva, a educação permite compreender como essa condição se forma, se reproduz e, potencialmente, pode ser tensionada. A escola, e de modo mais amplo, os processos educativos, não estão fora dos fluxos que atravessam a sociedade contemporânea. Pelo contrário, eles são profundamente afetados por eles.

Nesse sentido, a educação não é apenas um espaço de transmissão de conhecimento, mas um lugar em que se configuram formas de relação com o mundo, com o tempo, com o outro e consigo mesmo. É, portanto, um espaço decisivo na constituição do sujeito.

Educação em um mundo em fluxo

A educação contemporânea ocorre em um ambiente marcado por aceleração, conectividade e instabilidade. Conteúdos se multiplicam, tecnologias se renovam rapidamente, metodologias se atualizam, exigências institucionais se ampliam. O que se ensina, como se ensina e por que se ensina tornam-se questões constantemente reabertas. Nesse cenário, a escola deixa de ser um espaço relativamente estável de formação e passa a ser atravessada por dinâmicas externas.

Zygmunt Bauman (2001) já apontava que a modernidade líquida fragiliza estruturas concebidas para oferecer permanência e previsibilidade. No campo educacional, essa condição altera a relação com o saber, diante

de um ambiente em que conhecimentos e competências são submetidos a exigências cada vez mais frequentes de atualização. Aprender deixa de ser percebido apenas como processo de construção progressiva e passa a responder, muitas vezes, a demandas imediatas.

Formação ou adaptação?

Uma das tensões centrais da educação contemporânea pode ser formulada da seguinte maneira: educar para formar ou educar para adaptar? A formação implica desenvolvimento de autonomia, capacidade crítica, construção de sentido e elaboração de projetos. A adaptação, por sua vez, está relacionada à capacidade de responder a demandas externas, ajustar-se a contextos e acompanhar mudanças.

Na sociedade do fluxo, a adaptação tende a ganhar centralidade. A escola passa a ser pressionada a preparar os indivíduos para um mundo em constante transformação, enfatizando competências como flexibilidade, resiliência e capacidade de atualização.

No entanto, como alerta Gert Biesta (2013), reduzir a educação à adaptação ao mundo existente restringe uma de suas dimensões fundamentais: a possibilidade de constituição do sujeito como alguém capaz de posicionar-se e agir diante desse mundo. Essa perspectiva recoloca a questão da formação em um plano mais amplo.

O aluno como plâncton em formação

A condição do plâncton social começa a se configurar já nos processos educativos. O estudante contemporâneo está inserido em fluxos intensos de informação, estímulos e demandas. Ele aprende, mas também responde, consome, compartilha, adapta-se.

Sua experiência de aprendizagem não se limita à sala de aula. Ela ocorre em múltiplos espaços: plataformas digitais, redes sociais, ambientes

informais. No entanto, essa ampliação de acesso não garante, por si só, aprofundamento.

Nicholas Carr (2011) sugere que a exposição constante a fluxos digitais pode dificultar a concentração e a reflexão prolongada, elementos essenciais para a aprendizagem mais profunda. Nesse contexto, o aluno pode desenvolver uma relação com o conhecimento marcada pela superficialidade e pela fragmentação. Ele acessa muito, mas aprofunda pouco. Responde rapidamente, mas elabora menos. Essa condição aproxima-se da lógica da natação passiva. O estudante movimenta-se no fluxo do conhecimento, mas nem sempre consegue orientar sua aprendizagem de forma autônoma.

O professor no fluxo

O professor, por sua vez, também está inserido nessa dinâmica. Ele precisa lidar com: mudanças curriculares; novas tecnologias; demandas institucionais; expectativas sociais; e transformações no perfil dos estudantes. Seu trabalho torna-se mais complexo, mais exigente e, muitas vezes, mais fragmentado.

Stephen Ball (2003) destaca que as políticas educacionais contemporâneas introduzem regimes de performatividade nos quais avaliações, comparações e julgamentos funcionam como meios de incentivo, controle e transformação das práticas profissionais. Nesse cenário, o professor também se aproxima da condição de plâncton social: precisa adaptar-se continuamente, responde a múltiplas demandas e atua dentro de estruturas que limitam sua autonomia.

A sala de aula como espaço de tensão

A sala de aula torna-se, assim, um espaço de tensão entre diferentes lógicas: a lógica do fluxo (rapidez, resposta, adaptação); e a lógica da formação (tempo, reflexão, elaboração). Ensinar exige tempo. Aprender

exige continuidade. Compreender exige pausa. No entanto, o ambiente contemporâneo pressiona na direção oposta. Essa tensão não é apenas pedagógica, é existencial. Ela diz respeito à forma como os sujeitos se relacionam com o conhecimento, com o tempo e consigo mesmos.

Formação como interrupção

Diante desse cenário, a formação pode ser compreendida como um ato de interrupção. Interromper o fluxo para: pensar; refletir; questionar; aprofundar; construir sentido. Essa interrupção não é simples. Ela exige condições, tempo, espaço, atenção, que nem sempre estão disponíveis. No entanto, sem ela, a educação corre o risco de se reduzir a um processo de adaptação contínua.

Gert Biesta (2013) enfatiza que a educação envolve também a dimensão da subjetivação, isto é, a formação do sujeito como alguém capaz de agir de forma autônoma e responsável. Essa formação não ocorre apenas pela exposição a conteúdos, mas pela possibilidade de se posicionar diante deles.

Entre fluxo e direção

A educação contemporânea situa-se, portanto, entre dois polos: formar sujeitos capazes de acompanhar o fluxo; e formar sujeitos capazes de interrompê-lo e direcioná-lo. Essa distinção é fundamental. Adaptar-se é necessário. Mas não é suficiente. Sem a capacidade de direção, o sujeito tende a permanecer no movimento, sem necessariamente escolher o rumo.

O papel crítico da educação

É nesse ponto que a educação assume um papel decisivo. Ela pode: reproduzir a lógica do plâncton social, preparando indivíduos para se adaptar aos fluxos; ou tensioná-la, criando condições para que os sujeitos

compreendam, questionem e, quando possível, redirecionem esses fluxos. Essa escolha não é simples. Ela envolve decisões pedagógicas, políticas e institucionais. Mas é uma escolha inevitável.

Formar sujeitos em um mundo que dilui

A questão central que atravessa este capítulo pode ser formulada da seguinte maneira: como formar sujeitos em um mundo que tende a diluí-los? Responder a essa pergunta exige reconhecer as condições contemporâneas, mas também afirmar a possibilidade de outra relação com elas. A educação não pode eliminar o fluxo. Mas pode criar espaços dentro dele. Espaços de pausa. Espaços de reflexão. Espaços de construção de sentido.

Uma possibilidade ainda aberta

Apesar das pressões, a educação continua sendo um dos poucos espaços em que a formação do sujeito pode ser intencionalmente cultivada. Ela não garante autonomia, mas pode torná-la possível. Ela não elimina a adaptação, mas pode ampliá-la para além da resposta imediata. Ela não resolve as tensões, mas pode torná-las visíveis.

A pergunta que permanece

Se o mundo exige adaptação, e a educação pode oferecer direção, então a questão permanece: que tipo de sujeito estamos formando? Um sujeito que acompanha o fluxo, ou um sujeito capaz de, em algum momento, escolher o seu próprio caminho?

A educação sempre esteve associada à construção de continuidade: aprender, desenvolver, aprofundar. No entanto, em um mundo em fluxo, essas condições se tornam mais difíceis de sustentar. A atenção se fragmenta, o tempo se reduz e a experiência formativa se reorganiza.

Isso não significa o fim da educação, mas sua transformação. Ensinar e aprender passam a ocorrer em novas condições. A questão que se impõe, então, é decisiva: é possível formar sujeitos em um ambiente que dificulta a continuidade da própria formação?

Desdobramentos

Há um momento específico no processo de aprender que não se revela pela aquisição de novos conteúdos, mas pela dificuldade de permanecer tempo suficiente diante de algo que exige continuidade. A pessoa inicia uma leitura, um estudo, uma reflexão, e, por alguns instantes, consegue acompanhar o desenvolvimento da ideia. No entanto, essa continuidade raramente se sustenta sem esforço.

Não se trata de falta de interesse. Ao contrário, muitas vezes há curiosidade, intenção de compreender, disposição inicial. O que se torna mais difícil é manter essa disposição ao longo do tempo, sem que outros estímulos, internos ou externos, interrompam o processo.

Essa interrupção não acontece necessariamente de forma abrupta. Ela se instala de maneira gradual. Um pensamento paralelo surge, uma lembrança se impõe, uma possibilidade alternativa aparece. O foco não se perde de uma vez, mas se dilui.

Com o tempo, essa experiência altera a relação com o próprio aprendizado. Em vez de um processo contínuo, ele passa a ocorrer em fragmentos. Pequenos trechos são compreendidos, ideias são parcialmente assimiladas, mas a articulação entre elas nem sempre se consolida.

Essa fragmentação não impede o contato com o conhecimento, mas modifica a forma como ele se organiza internamente. A pessoa conhece partes, reconhece conceitos, identifica temas, mas encontra maior dificuldade em integrar esses elementos em uma compreensão mais ampla.

Há também uma mudança na relação com a dificuldade. Aquilo que exige mais tempo como uma ideia mais complexa e um raciocínio mais elaborado, tende a ser interrompido antes de se completar. Não porque seja rejeitado, mas porque sua continuidade demanda um tipo de atenção que nem sempre se sustenta facilmente.

Em alguns momentos, surge a tentativa de aprofundar. A pessoa decide permanecer mais tempo em uma ideia, reler um trecho, insistir em uma compreensão que não se formou imediatamente. No entanto, essa tentativa frequentemente encontra uma resistência sutil.

Essa resistência não se apresenta como recusa, mas como uma tendência a buscar algo mais imediato, mais acessível, mais rapidamente compreensível. Permanecer no difícil exige um esforço que, diante de tantas outras possibilidades disponíveis, nem sempre se mantém.

Com o passar do tempo, essa dinâmica pode produzir uma sensação específica: a de estar sempre em contato com o aprendizado, mas nem sempre avançando de forma consistente. Há movimento, há aquisição de informações, mas a sensação de aprofundamento se torna menos frequente.

Essa experiência também altera a forma como se percebe o próprio tempo de aprendizagem. O tempo necessário para compreender algo não diminui, mas a disponibilidade para sustentá-lo se torna mais instável. O resultado é uma tensão constante entre a intenção de aprender e a dificuldade de permanecer no processo.

Em alguns momentos, surge a percepção de que aprender exige algo que vai além do acesso à informação. Exige permanência, repetição, continuidade, elementos esses que entram em tensão com a dinâmica mais fragmentada da experiência cotidiana.

Ainda assim, essa percepção raramente se transforma em mudança imediata. O movimento segue, novos conteúdos surgem, novas tentativas são

feitas, e o processo continua se organizando em ciclos curtos de atenção e interrupção.

É nesse intervalo, entre a intenção de aprofundar e a dificuldade de sustentar esse aprofundamento, que essa experiência se consolida. Não como ausência de aprendizado, mas como uma forma de aprender que se realiza em fragmentos, sem necessariamente se estabilizar como continuidade.

E é justamente nessa tensão, entre o desejo de compreender e a dificuldade de permanecer, que essa forma de relação com o aprendizado se estabelece como modo recorrente de viver a própria formação.

CAPÍTULO 11

TECNOLOGIA E FLUXO: ALGORITMOS, PREVISIBILIDADE E DIREÇÃO

Se, nos capítulos anteriores, o fluxo apareceu como característica central da sociedade contemporânea, é preciso agora reconhecer que esse fluxo não é apenas espontâneo. Ele é, em grande medida, tecnologicamente organizado. A tecnologia não apenas amplia a circulação, ela a estrutura, seleciona e direciona. Nesse sentido, compreender o plâncton social hoje exige compreender o papel dos algoritmos.

O fluxo organizado

O mundo contemporâneo é frequentemente descrito como um ambiente de excesso de informação. No entanto, esse excesso não chega aos indivíduos de forma neutra. O que aparece, o que circula e o que ganha visibilidade passa por processos de seleção. Esses processos são realizados, em grande parte, por sistemas algorítmicos.

Tarleton Gillespie (2014) demonstra que os algoritmos participam ativamente da organização daquilo que se torna relevante e visível nos ambientes digitais. Ao selecionar, ordenar e hierarquizar informações, esses sistemas contribuem para configurar o campo informacional ao qual os indivíduos têm acesso. Isso significa que o fluxo não é apenas fluxo, é fluxo organizado.

A lógica da recomendação

Grande parte da experiência contemporânea é mediada por sistemas de recomendação. Plataformas digitais sugerem conteúdos, produtos,

contatos, caminhos. Essas sugestões não são aleatórias, elas são baseadas em padrões de comportamento.

Shoshana Zuboff (2019) descreve um processo no qual experiências humanas são convertidas em dados comportamentais, parte dos quais alimenta sistemas voltados à produção de previsões sobre comportamentos futuros. O algoritmo aprende com o comportamento passado para orientar possibilidades futuras de ação.

Previsibilidade e comportamento

A capacidade de prever comportamentos é uma das características mais marcantes da tecnologia contemporânea. A partir de dados de navegação, consumo e interação, sistemas são capazes de identificar padrões e probabilidades. Isso não significa que o comportamento humano seja totalmente determinado, mas indica que ele pode ser modelado em termos estatísticos.

Esse movimento introduz uma tensão importante. Por um lado, o sujeito continua sendo livre. Por outro, suas ações tornam-se cada vez mais previsíveis. Essa previsibilidade reforça a lógica do plâncton social. O indivíduo se move, mas seu movimento pode ser antecipado.

Direção sem decisão

Um dos efeitos mais sutis dessa dinâmica é a produção de direção sem decisão explícita. O sujeito sente que escolhe e, de fato, escolhe. No entanto, suas escolhas ocorrem dentro de um campo previamente organizado. As opções apresentadas, os caminhos sugeridos, os conteúdos destacados, tudo isso orienta a decisão. Nesse sentido, a direção não é imposta diretamente, mas induzida. Essa indução não elimina a liberdade, mas a molda.

O ambiente como guia

Na condição do plâncton biológico, o ambiente exerce um papel central na orientação do movimento. Na sociedade contemporânea, esse ambiente é, em grande medida, tecnológico. As plataformas digitais, os sistemas de informação, os dispositivos conectados, todos esses elementos compõem um ambiente que guia o comportamento.

Luciano Floridi (2014) argumenta que vivemos progressivamente em uma *infosfera*, na qual seres humanos podem ser compreendidos como organismos informacionais (*inforgs*) inseridos em um ambiente igualmente informacional. Nesse contexto, a distinção entre *online* e *offline* torna-se cada vez menos capaz de descrever adequadamente nossa experiência.

A experiência filtrada

A mediação tecnológica altera a forma como o indivíduo experimenta o mundo. O que ele vê, lê, consome e interpreta é filtrado por sistemas que organizam a informação. Eli Pariser (2012) descreve esse fenômeno como “bolha de filtros”, condição na qual mecanismos de personalização selecionam conteúdos com base em informações e comportamentos anteriores dos usuários, podendo reduzir o contato com perspectivas distintas. Essa filtragem não apenas organiza o fluxo, ela também o restringe. O sujeito circula, mas dentro de um campo parcialmente delimitado.

Intensificação da adaptação

A presença de algoritmos intensifica a lógica da adaptação. O indivíduo aprende, muitas vezes de forma implícita, como o sistema funciona. Ajusta seu comportamento para obter melhores resultados: mais visibilidade, mais alcance, mais reconhecimento.

Essa adaptação pode ocorrer em diferentes níveis: escolha de palavras; forma de se expressar; frequência de interação; tipo de conteúdo

compartilhado. O sujeito não apenas se adapta ao fluxo, ele se adapta ao modo como o fluxo é organizado.

Entre eficiência e redução

É importante reconhecer que os sistemas algorítmicos trazem benefícios. Eles tornam o acesso à informação mais rápido, facilitam conexões, organizam grandes volumes de dados, ampliam possibilidades de interação. No entanto, essa eficiência tem um custo.

Ao simplificar o acesso, os sistemas tendem a reduzir a complexidade. Ao organizar o fluxo, tendem a limitar a imprevisibilidade. Ao antecipar escolhas, tendem a reduzir a necessidade de decisão. Essa redução pode afetar a experiência do sujeito. Escolher torna-se mais fácil, mas, talvez, menos consciente.

A tensão com a liberdade

Do ponto de vista existencial, essa condição intensifica a tensão entre liberdade e condicionamento. Jean-Paul Sartre (2015) afirma que o ser humano está sempre diante da necessidade de escolher. No entanto, quando as escolhas são constantemente orientadas, a experiência dessa liberdade pode se tornar menos evidente. O sujeito continua livre, mas sua liberdade opera em um ambiente altamente estruturado.

Martin Heidegger (2015), ao discutir a técnica, já apontava que ela não é apenas um conjunto de instrumentos, mas uma forma de revelar o mundo. Na contemporaneidade, essa revelação ocorre de maneira mediada por sistemas que organizam o que aparece. O mundo não desaparece, mas aparece de forma filtrada.

O plâncton algorítmico

Ao integrar essas dimensões, torna-se possível falar em uma forma específica de plâncton social: o plâncton algorítmico. Trata-se de sujeitos que:

vivem em ambientes tecnologicamente mediados; têm suas ações parcialmente antecipadas; adaptam-se a sistemas de recomendação; participam de fluxos organizados por algoritmos. Eles não são passivos, mas atuam em um ambiente que orienta continuamente suas possibilidades.

Entre fluxo e direção

A tecnologia não elimina a possibilidade de direção. Mas a torna mais complexa. Para dirigir-se, o sujeito precisa: reconhecer os fluxos; compreender as mediações; identificar os condicionamentos; e, quando possível, criar espaços de escolha. Essa tarefa não é simples. Mas é fundamental.

A questão central

Se os algoritmos organizam o fluxo, e o fluxo orienta o movimento, então a pergunta que emerge é inevitável: quem está, de fato, direcionando? O sujeito? O sistema? Ou uma relação complexa entre ambos?

Um desafio contemporâneo

A condição do plâncton social, no contexto tecnológico, não é apenas uma questão teórica. Ela é um desafio prático. Como agir em um ambiente que antecipa ações? Como escolher em um sistema que sugere caminhos? Como dirigir-se em um fluxo que já está organizado? Responder a essas perguntas não significa rejeitar a tecnologia. Significa compreendê-la.

Compreender para não apenas seguir

O plâncton social não deixa de existir na era dos algoritmos. Mas sua condição se intensifica. Mais fluxo. Mais mediação. Mais antecipação. Nesse cenário, compreender o funcionamento desses sistemas torna-se uma condição para não apenas segui-los. Porque, se o fluxo é organizado, dirigir-se exige consciência desse fluxo.

A tecnologia não apenas acelera o mundo, mas organiza o fluxo. Ela define ritmos, orienta escolhas e estrutura a forma como a experiência se desenvolve. O indivíduo utiliza a tecnologia, mas também é orientado por ela.

Essa relação não é neutra. Ela redefine a autonomia, desloca a responsabilidade e cria novas formas de dependência. Surge, então, uma questão inevitável: até que ponto as escolhas que fazemos são realmente nossas em um ambiente tecnicamente orientado?

Desdobramentos

Há situações em que a sensação de escolha não desaparece, mas se torna mais difícil de distinguir de um conjunto de possibilidades já previamente organizadas. A pessoa decide, seleciona, opta por um caminho, mas, ao observar com mais atenção, percebe que as alternativas disponíveis já estavam delimitadas antes mesmo da decisão.

Essa percepção não se apresenta de forma imediata. No momento da escolha, há convicção, há intenção, há a impressão de autonomia. No entanto, com o passar do tempo, surge uma dúvida sutil: até que ponto essa decisão partiu de uma reflexão mais própria e até que ponto foi orientada por caminhos já estruturados?

Essa dúvida não se resolve facilmente. Não há um ponto claro em que se possa separar completamente o que é escolha do que é influência. As duas dimensões se misturam, se sobrepõem, operam juntas.

Em alguns momentos, isso se torna mais perceptível quando a pessoa tenta sair de um padrão já estabelecido. Busca fazer algo diferente, escolher fora do habitual, interromper uma sequência que já vinha se repetindo. Nesses momentos, surge uma dificuldade específica.

Não se trata apenas de decidir o que fazer, mas de identificar possibilidades que não estejam já dadas. Como se o campo de escolha

estivesse mais organizado do que parece à primeira vista, e sair dele exigisse não apenas decisão, mas também esforço para imaginar alternativas.

Essa dificuldade não é necessariamente percebida como limitação. Muitas vezes, é interpretada como indecisão, falta de clareza ou necessidade de mais informação. No entanto, ao observar com mais atenção, percebe-se que há uma tendência a circular dentro de um conjunto relativamente estável de opções.

Com o tempo, essa dinâmica pode produzir um efeito particular sobre a percepção de autonomia. O indivíduo continua escolhendo, continua decidindo, mas suas decisões passam a ocorrer dentro de trilhas que se repetem, com pequenas variações.

Há também uma mudança na relação com o próprio julgamento. Aquilo que antes exigia reflexão mais demorada tende a ser resolvido de forma mais imediata, muitas vezes orientado por referências externas que já se apresentam como válidas. A decisão ocorre, mas o processo que a sustenta se torna menos visível.

Em alguns momentos, surge a tentativa de recuperar uma forma mais deliberada de escolha. A pessoa busca desacelerar o processo, considerar alternativas, refletir com mais cuidado. No entanto, essa tentativa frequentemente se depara com a mesma dinâmica que torna necessária essa reflexão.

O fluxo de possibilidades continua se apresentando, novas opções surgem, e a decisão acaba sendo tomada antes que uma análise mais prolongada se estabeleça. Não por incapacidade, mas porque o tempo e a forma como as alternativas aparecem não favorecem esse tipo de permanência.

Essa experiência não elimina a responsabilidade individual, mas a torna mais complexa. O indivíduo responde por suas escolhas, mas essas escolhas

se desenvolvem em um ambiente que participa ativamente da sua configuração.

É nesse ponto que a relação entre escolha e orientação se torna mais difícil de separar. O sujeito decide, mas decide em meio a um campo que já organiza, sugere e direciona caminhos.

E é justamente nessa intersecção, entre decidir e ser conduzido, que essa experiência se consolida. Não como perda de autonomia, mas como uma forma mais sutil e complexa de exercê-la, em que a distinção entre o que parte do sujeito e o que o orienta nem sempre se apresenta com clareza.

CAPÍTULO 12

ENTRE PLÂNCTON E SUJEITO

Ao longo deste livro, foi possível descrever uma forma de existência que se torna cada vez mais comum na sociedade contemporânea: o plâncton social. Uma condição marcada pela inserção em fluxos contínuos, pela adaptação constante, pela participação intensa em redes e pela dificuldade de sustentar direção própria. No entanto, essa descrição não é suficiente. É preciso agora enfrentar a questão central que atravessa toda essa análise: o sujeito desaparece nessa condição, ou ainda é possível falar em sujeito?

Não somos apenas plâncton

A primeira resposta precisa ser afirmativa: o sujeito não desaparece. Mesmo imerso em fluxos, mediado por tecnologias, pressionado por demandas e orientado por estruturas, o indivíduo continua sendo capaz de: interpretar; escolher; resistir; atribuir sentido; e agir.

Jean-Paul Sartre (2015) é claro ao afirmar que a liberdade não é uma característica opcional do ser humano, mas sua própria condição. O sujeito não pode deixar de escolher, mesmo quando tenta se eximir dessa responsabilidade. Isso significa que, mesmo na condição de plâncton social, a liberdade permanece. O que muda é a forma como ela se apresenta.

Uma liberdade tensionada

A liberdade contemporânea não é a liberdade de um sujeito isolado e plenamente autônomo. Ela é uma liberdade situada, atravessada por fluxos,

condicionada por estruturas e mediada por tecnologias. O sujeito continua livre, mas sua liberdade é tensionada. Essa tensão se manifesta de diferentes formas: escolher dentro de opções limitadas; agir sob pressão de tempo; decidir em ambientes saturados de informação; construir projetos em contextos instáveis.

Martin Heidegger (2015), ao discutir a existência cotidiana, já indicava que o ser humano tende a se perder no impessoal. No entanto, também afirmava a possibilidade de uma existência mais própria, na qual o sujeito assume sua condição de forma consciente. Essa possibilidade não desaparece na contemporaneidade. Mas torna-se mais difícil de sustentar.

Entre adaptação e direção

A condição do plâncton social pode ser compreendida como um polo dessa tensão: adaptação. O sujeito responde ao ambiente, ajusta-se, acompanha o fluxo. O sujeito, por sua vez, representa outro polo: direção. Ele escolhe, projeta, orienta sua ação. A vida contemporânea se organiza, cada vez mais, no primeiro polo. No entanto, o segundo não desaparece. A questão não é escolher um ou outro, mas compreender a relação entre eles.

O risco da redução

Um dos riscos dessa condição é reduzir o sujeito à sua dimensão adaptativa. Quando isso ocorre, a existência passa a ser compreendida apenas como resposta ao ambiente. O indivíduo deixa de ser visto como alguém que pode orientar sua ação e passa a ser entendido apenas como alguém que reage.

Essa redução pode ocorrer de diferentes formas: no discurso que afirma que “não há alternativa”; na ideia de que “é preciso apenas se adaptar”; na naturalização das condições existentes. Esse movimento não elimina a liberdade, mas a obscurece.

A possibilidade de direção

Apesar das pressões, a possibilidade de direção permanece. Ela não se manifesta necessariamente em grandes rupturas, mas muitas vezes em pequenos movimentos: recusar determinadas demandas; estabelecer limites; escolher com mais consciência; interromper o fluxo; sustentar uma decisão ao longo do tempo. Esses movimentos podem parecer discretos, mas têm grande importância. Eles representam momentos em que o sujeito deixa de apenas acompanhar o fluxo e passa a se posicionar em relação a ele.

A importância da interrupção

Um elemento central nessa possibilidade é a interrupção. O fluxo tende à continuidade. Ele chama à resposta imediata, à adaptação constante, à permanência no movimento. Interromper o fluxo significa criar um espaço de reflexão. É nesse espaço que o sujeito pode: perceber sua condição; avaliar suas escolhas; redefinir sua direção.

Byung-Chul Han (2015) argumenta que a sociedade contemporânea reduz os espaços de negatividade, isto é, de pausa e resistência. No entanto, é justamente nesses espaços que se torna possível recuperar uma relação mais consciente com a própria existência.

A consciência do fluxo

Para que o sujeito possa se posicionar, é necessário reconhecer o fluxo. Compreender: como ele funciona; como orienta o comportamento; como condiciona as escolhas; como se manifesta no cotidiano. Essa consciência não elimina o fluxo, mas altera a relação com ele. O sujeito deixa de estar apenas dentro do fluxo, e passa a também observá-lo.

Entre participação e autonomia

A vida contemporânea não permite uma saída completa do fluxo. Trabalhar, interagir, comunicar-se, aprender, tudo isso ocorre em ambientes que envolvem fluxos e redes. A questão, portanto, não é abandonar o fluxo,

mas habitar o fluxo de forma mais consciente. Isso implica reconhecer que: a participação é inevitável; mas a forma de participar pode variar. Entre a adesão automática e a escolha deliberada, há uma diferença fundamental.

O sujeito possível

O sujeito contemporâneo não é o sujeito plenamente autônomo da filosofia moderna, nem o sujeito completamente determinado por estruturas. Ele é um sujeito situado. Um sujeito que: age em condições que não escolheu; mas que pode escolher como agir nessas condições; participa de fluxos; mas pode, em alguma medida, posicionar-se em relação a eles. Essa posição é instável, tensionada, muitas vezes difícil de sustentar. Mas ela existe.

Uma tarefa, não um dado

Ser sujeito, na contemporaneidade, não é uma condição garantida. É uma tarefa. Uma tarefa que envolve: reconhecer os condicionamentos; assumir a responsabilidade pelas escolhas; sustentar decisões ao longo do tempo; e criar espaços de direção dentro do fluxo. Essa tarefa não é simples. Mas é possível.

Entre dois movimentos

A condição contemporânea pode ser compreendida como um movimento entre dois polos: ser levado pelo fluxo; ou tentar orientar-se dentro dele. Nenhum desses polos desaparece. O sujeito não deixa de ser plâncton, mas também não deixa de ser sujeito.

A questão final

Diante disso, a questão central que atravessa este capítulo, e, de certo modo, todo o livro, pode ser formulada assim: até que ponto estamos apenas sendo levados, e até que ponto ainda conseguimos escolher para onde ir?

Essa pergunta não tem uma resposta única. Mas ela precisa ser feita. Porque é nela que se decide a diferença entre: viver no fluxo e viver com direção.

Entre a adaptação e a autonomia, entre o fluxo e a direção, o indivíduo se encontra em tensão. Ele não é apenas plâncton, mas também não é plenamente sujeito no sentido clássico. Ele oscila, negocia, tenta sustentar alguma forma de direção dentro de condições instáveis. Essa tensão não é um problema a ser resolvido, mas uma condição a ser compreendida. E é justamente nela que se abre a pergunta mais importante do livro: é possível agir de forma significativa dentro desse cenário?

Desdobramentos

Há uma tensão difícil de nomear que surge quando o indivíduo tenta perceber, com mais clareza, o lugar que ocupa entre aquilo que faz por escolha e aquilo que realiza por adaptação. Não se trata de uma divisão nítida, mas de uma zona intermediária em que as duas dimensões se misturam de forma quase imperceptível.

Em muitos momentos, a pessoa reconhece que age de acordo com o que considera adequado, necessário ou coerente. No entanto, ao observar com mais atenção, percebe que parte dessas ações já responde a um conjunto de condições que não foram propriamente escolhidas, mas incorporadas ao longo do tempo.

Essa percepção não invalida a ação, mas altera a forma como ela é compreendida. O indivíduo continua sendo responsável pelo que faz, mas começa a reconhecer que sua ação não se origina em um ponto completamente autônomo. Ela se forma em relação a algo que já está em funcionamento.

Em alguns momentos, essa tensão se torna mais evidente quando a pessoa tenta afirmar uma direção própria. Decide sustentar uma escolha, manter um posicionamento, seguir um caminho que considera mais alinhado

com aquilo que deseja. No entanto, essa tentativa frequentemente encontra uma dificuldade particular.

Não se trata apenas de manter a decisão, mas de sustentá-la ao longo do tempo diante de um ambiente que continuamente oferece alternativas, ajustes e desvios. A escolha inicial existe, mas sua continuidade exige um esforço constante para não se diluir.

Essa exigência não aparece como oposição direta. Não há necessariamente uma força que impeça a escolha, mas uma multiplicidade de possibilidades que a atravessam. Cada nova alternativa reabre o campo, tornando mais difícil manter uma direção única.

Com o tempo, essa dinâmica pode produzir uma sensação de oscilação. O indivíduo se aproxima de uma posição, afasta-se, retorna parcialmente, ajusta, reconfigura. Não há ausência de movimento, mas dificuldade de estabilização.

Essa oscilação não deve ser confundida com indecisão simples. Ela revela uma condição mais complexa, em que a relação entre escolha e adaptação não se resolve de forma definitiva. O sujeito não é apenas conduzido, mas também não determina plenamente seu percurso.

Há momentos em que essa tensão se torna mais perceptível. A pessoa reconhece que poderia agir de outra forma, que existem alternativas, que há possibilidades não exploradas. No entanto, transformar essa percepção em ação exige mais do que vontade momentânea.

Exige continuidade. E é justamente essa continuidade que encontra maior dificuldade para se estabelecer. Não porque o indivíduo não possa sustentá-la, mas porque o ambiente em que está inserido favorece constantemente a reconfiguração.

Em alguns casos, surge a tentativa de simplificar essa experiência. A pessoa busca identificar o que é realmente seu, separar o que foi escolhido do que foi incorporado. No entanto, essa separação nem sempre é possível

de forma clara. As duas dimensões se entrelaçam. A ação acontece, mas sua origem permanece parcialmente difusa.

Essa condição não elimina a possibilidade de agir, mas a torna mais complexa. O indivíduo continua se movimentando entre aquilo que reconhece como próprio e aquilo que percebe como resposta ao ambiente.

E é justamente nesse movimento, entre afirmar-se e ajustar-se, entre sustentar e adaptar-se, que essa experiência se consolida. Não como uma contradição a ser resolvida, mas como uma tensão permanente que atravessa a forma de viver e de agir.

CAPÍTULO 13

AINDA É POSSÍVEL AGIR?

Depois de percorrer as diferentes dimensões da vida contemporânea, fluxo, produção, circulação, adaptação, rede, tecnologia, trabalho e educação, resta uma pergunta que não pode ser evitada: ainda é possível agir? Não apenas reagir. Não apenas adaptar-se. Mas agir no sentido mais forte do termo: escolher, orientar-se, sustentar uma direção.

A ilusão da ausência de escolha

Uma das características mais marcantes da condição do plâncton social é a sensação de inevitabilidade. O fluxo parece contínuo. As demandas, constantes. As exigências, inescapáveis. Nesse cenário, torna-se comum a ideia de que “não há escolha”. É preciso responder. É preciso acompanhar. É preciso adaptar-se. No entanto, essa sensação não corresponde plenamente à realidade.

Jean-Paul Sartre (2015) afirma que o ser humano está condenado à liberdade. Isso significa que, mesmo em condições adversas, o sujeito continua responsável por suas escolhas. A ausência de escolha é, muitas vezes, uma experiência vivida, mas não uma condição absoluta.

Entre reagir e agir

Para compreender essa diferença, é importante distinguir dois modos de relação com o mundo. reagir: responder imediatamente a estímulos, demandas e pressões; e agir: escolher uma direção, ainda que dentro de limites. A vida contemporânea favorece o primeiro modo.

O sujeito responde mensagens, cumpre tarefas, acompanha fluxos, ajusta comportamentos. Ele está ativo, mas sua atividade é predominantemente reativa. Agir, por outro lado, exige algo que se tornou raro: tempo e interrupção.

A dificuldade de interromper

O fluxo contemporâneo é contínuo. Notificações chegam. Demandas surgem. Informações circulam. Interromper esse fluxo não é simples. Exige esforço, decisão e, muitas vezes, vai contra expectativas sociais. No entanto, é precisamente na interrupção que a ação se torna possível.

Interromper não significa parar tudo, mas criar um espaço, ainda que breve, entre o estímulo e a resposta. É nesse espaço que o sujeito pode perguntar: preciso responder agora? quero seguir esse caminho? essa escolha é minha ou apenas esperada?

Pequenas decisões, grandes efeitos

Agir, na contemporaneidade, não se manifesta necessariamente em grandes rupturas. Muitas vezes, aparece em pequenas decisões: não responder imediatamente; recusar uma demanda excessiva; dedicar tempo a uma atividade que não é exigida; sustentar uma escolha ao longo do tempo; dizer não quando tudo convida ao sim. Essas decisões podem parecer simples, mas têm um efeito importante: reintroduzem direção em um ambiente orientado pelo fluxo.

A responsabilidade que permanece

Mesmo em condições de forte condicionamento, a responsabilidade não desaparece. O sujeito pode estar pressionado, limitado, orientado, mas ainda assim participa de suas escolhas. Sartre (2015) insiste que não há como escapar dessa condição: não escolher também é uma forma de escolha. Isso

não significa ignorar os limites. Significa reconhecer que, mesmo dentro deles, há margens.

O risco de não agir

Se agir é difícil, não agir também tem consequências. Quando o sujeito permanece apenas no registro da adaptação, sua vida tende a se organizar em função das demandas externas. Ele se mantém em movimento, mas não necessariamente em direção própria. Com o tempo, essa condição pode produzir: sensação de vazio; perda de sentido; dificuldade de reconhecer-se nas próprias escolhas.

Agir não é controlar tudo

É importante esclarecer: agir não significa controlar o mundo. As condições continuam existindo. Os fluxos permanecem. As limitações não desaparecem. Agir significa outra coisa: assumir uma posição dentro dessas condições. Escolher como responder. Escolher o que sustentar. Escolher o que recusar.

A ação possível

A ação contemporânea é uma ação situada. Ela não é absoluta, nem totalmente livre de condicionamentos. Mas também não é inexistente. Ela ocorre: nas margens do sistema; nos intervalos do fluxo; nas decisões cotidianas; nas escolhas que parecem pequenas, mas se acumulam.

Entre o fluxo e a direção

O sujeito contemporâneo não pode sair completamente do fluxo. Mas pode, em alguma medida, orientar-se dentro dele. Essa orientação não é garantida. Ela exige esforço, consciência e, muitas vezes, resistência.

O gesto de escolher

Agir, no sentido mais simples e mais radical, é escolher. Escolher: não apenas o que fazer, mas como fazer, quando fazer, e por que fazer. Essa escolha não elimina o fluxo. Mas impede que o fluxo seja tudo.

Não somos apenas levados

Ao longo deste livro, foi possível compreender a força das correntes que atravessam a vida contemporânea. Elas são reais. São intensas. São estruturantes. Mas não são absolutas. O sujeito não é apenas levado. Ele também pode, ainda que de forma limitada, posicionar-se.

Uma afirmação final

Diante de tudo o que foi discutido, é possível afirmar: sim, ainda é possível agir. Mas agir hoje exige mais do que antes. Exige: consciência do fluxo; capacidade de interrupção; disposição para sustentar escolhas; e coragem para não apenas acompanhar.

A última pergunta

Este livro não pretende oferecer respostas definitivas. Mas deixa uma pergunta que não pode ser ignorada: em meio ao fluxo, você está apenas se movendo, ou também está escolhendo para onde ir?

Depois de percorrer todas essas dimensões, a questão final não pode ser evitada. Se o mundo se organiza em fluxo, se o sujeito se adapta, se a ação ocorre em condições instáveis, então o que significa agir? Agir, aqui, não pode mais ser entendido como controle total, nem como autonomia plena. Talvez agir seja outra coisa: a capacidade de sustentar pequenas direções em meio ao fluxo, de escolher mesmo quando as condições não são ideais, de resistir à dissolução completa. E talvez seja exatamente isso que ainda

permanece em aberto, não como resposta definitiva, mas como possibilidade: agir não apesar do fluxo, mas dentro dele, sem se confundir completamente com ele.

Desdobramentos

Há um momento específico em que a ideia de agir deixa de ser apenas uma possibilidade abstrata e passa a ser experimentada como uma exigência concreta. Não porque exista uma situação externa claramente definida, mas porque surge a percepção de que continuar no mesmo movimento já não responde completamente àquilo que se reconhece como necessário.

Essa percepção não aparece como decisão imediata. Ela se forma aos poucos, muitas vezes como um incômodo difícil de localizar. A pessoa segue fazendo o que sempre fez, mantém suas rotinas, responde às demandas habituais, mas algo já não se encaixa com a mesma naturalidade.

Esse deslocamento não impede a continuidade da ação, mas altera sua qualidade. O que antes era realizado de forma mais automática passa a ser acompanhado por uma espécie de observação interna. O indivíduo percebe o que faz, mas, ao mesmo tempo, percebe que poderia fazer de outra maneira.

Essa duplicidade cria uma tensão particular. De um lado, há a força do movimento já estabelecido, que tende a se manter. De outro, surge a possibilidade de interrupção, não como ruptura total, mas como tentativa de introduzir uma diferença.

No entanto, transformar essa percepção em ação não é simples. Não basta reconhecer que algo poderia ser diferente. É necessário sustentar essa diferença ao longo do tempo, e é justamente essa sustentação que encontra maior dificuldade.

Em alguns momentos, a pessoa decide alterar algo em sua forma de agir. Pode ser uma pequena mudança, uma tentativa de reorganizar o

tempo, de manter uma escolha, de não responder imediatamente a uma demanda. No início, essa decisão parece possível.

Mas, à medida que o tempo passa, surgem interferências. Não necessariamente como oposição direta, mas como reintrodução do fluxo habitual. Novas demandas aparecem, antigos padrões retornam, e a mudança começa a se diluir.

Essa diluição não significa fracasso, mas revela a complexidade do que está em jogo. Agir, nesse contexto, não é apenas iniciar algo diferente, mas sustentar essa diferença diante de um ambiente que continuamente tende a reabsorvê-la.

Há também momentos em que a pessoa antecipa essa dificuldade e, por isso, hesita em agir. Não por falta de vontade, mas pela percepção de que a mudança exigirá um esforço contínuo, que não se resolve em uma única decisão.

Essa hesitação não elimina a possibilidade de ação, mas a desloca. O indivíduo permanece entre reconhecer a necessidade de agir e avaliar a dificuldade de sustentar essa ação.

Em alguns casos, surgem pequenas experiências de interrupção. Momentos em que a pessoa consegue, ainda que por pouco tempo, manter uma escolha que não se alinha automaticamente ao fluxo. Esses momentos não são necessariamente grandiosos, mas têm um efeito particular.

Eles revelam que a ação é possível. Mesmo que limitada. Mesmo que instável. Mesmo que breve. No entanto, esses momentos também mostram que essa possibilidade não se mantém sozinha. Ela precisa ser continuamente retomada, reafirmada, sustentada.

É nesse ponto que a ideia de agir assume um novo sentido. Não como um ato único, definitivo, mas como uma prática que se constrói ao longo do tempo, em meio a tentativas, ajustes e retomadas.

Agir, então, deixa de ser entendido como controle total e passa a ser vivido como insistência. Uma insistência que não elimina o fluxo, mas que tenta, dentro dele, sustentar alguma forma de direção.

E é justamente nessa insistência, feita de pequenos gestos, decisões parciais e continuidades frágeis, que essa experiência se consolida. Não como solução definitiva, mas como a forma mais concreta de ação possível dentro das condições em que o indivíduo se encontra.

CAPÍTULO 14

O PLÂNCTON SOCIAL NA PRÁTICA: COMO ESSA CONDIÇÃO APARECE NA VIDA

Até aqui, o plâncton social foi apresentado como uma forma de interpretar o mundo contemporâneo. Falamos de fluxo, de adaptação, de rede, de trabalho e de tecnologia. Tudo isso ajuda a construir um entendimento mais amplo do fenômeno. No entanto, existe um momento em que toda teoria precisa se submeter a um teste simples e decisivo: o reconhecimento. Um conceito só se sustenta quando deixa de ser apenas uma ideia e passa a ser algo que pode ser visto, sentido e identificado na vida concreta.

É nesse ponto que este capítulo se coloca. Aqui, não se trata mais de explicar o plâncton social, mas de mostrá-lo em funcionamento. Não como abstração, mas como experiência vivida. E, ao fazer isso, algo importante acontece: o leitor deixa de observar de fora e passa a perceber que essa condição não pertence apenas a “outros”, mas atravessa diferentes formas de vida, inclusive a sua própria.

O plâncton social não está em um lugar específico. Ele está no cotidiano. Ele aparece na rotina, no trabalho, nas interações, nas decisões que são tomadas sob pressão e nas escolhas que parecem pequenas, mas que se repetem todos os dias. Para compreendê-lo de fato, é preciso entrar nessas cenas e acompanhá-las com mais atenção.

Saúde – um dia que não começa e não termina

O plantão começa antes mesmo de começar. O profissional chega ao hospital já antecipando o que pode encontrar. Não há garantia de

previsibilidade. O número de atendimentos varia, a gravidade dos casos também, e o tempo disponível nunca parece suficiente.

Nos primeiros minutos, tudo parece sob controle. Há uma organização inicial, uma tentativa de estabelecer prioridades. Mas isso dura pouco. Um paciente chega com urgência. Logo depois, outro. E mais outro. O ritmo se intensifica rapidamente. O tempo deixa de ser contínuo e passa a ser fragmentado em decisões rápidas.

Cada atendimento exige atenção, responsabilidade e julgamento. Não há espaço para erro. No entanto, também não há tempo para reflexão prolongada. O profissional precisa agir com base no que está disponível naquele momento, sabendo que, logo em seguida, outra demanda surgirá.

Entre um atendimento e outro, há tentativas de reorganizar o raciocínio, de retomar o controle da situação. Mas o fluxo não permite pausas reais. Mesmo quando há um intervalo, ele é ocupado pela expectativa do próximo caso. O descanso não é completo. Ele é sempre provisório.

Ao longo das horas, o corpo começa a sentir o desgaste. A mente também. Ainda assim, o trabalho continua. O profissional não pode simplesmente parar. Há pessoas esperando. Há decisões a serem tomadas. Há responsabilidade envolvida.

No final do plantão, quando finalmente há um momento de desaceleração, surge uma sensação ambígua. De um lado, a consciência de que fez o que era possível. De outro, a percepção de que tudo poderia ter sido diferente se houvesse mais tempo, mais estrutura, mais estabilidade.

Essa experiência revela algo fundamental: o profissional de saúde não está apenas trabalhando. Ele está inserido em um fluxo contínuo de demandas que exige ação constante, mas não oferece controle sobre o conjunto. Ele decide, mas não define o ritmo. Ele age, mas não organiza o sistema. Ele sustenta o fluxo.

Segurança pública – entre o imprevisto e a resposta

O turno começa com uma expectativa silenciosa. Não se sabe exatamente o que vai acontecer, mas sabe-se que algo vai acontecer. A rotina não é construída a partir de um plano fechado, mas daquilo que surge.

Uma ocorrência é acionada. A equipe se desloca. No caminho, já se inicia um processo de antecipação: o que pode estar acontecendo, quais são os riscos, quais decisões precisarão ser tomadas. Ao chegar, a situação precisa ser compreendida rapidamente. Não há tempo para análise extensa.

A intervenção ocorre em tempo real. Cada movimento importa. Cada decisão pode alterar o desfecho. E, mesmo quando a ocorrência é resolvida, não há encerramento pleno. Logo em seguida, outra demanda surge. O turno se organiza assim: uma sequência de respostas a eventos que não foram escolhidos. O policial não define quando e onde irá agir. Ele responde ao que aparece.

Essa condição não elimina a técnica, nem a experiência, nem a capacidade de julgamento. Pelo contrário, exige tudo isso em alto nível. Mas revela um limite importante: a ação ocorre em um fluxo que não é controlado pelo agente.

Ao longo do tempo, essa dinâmica produz um tipo específico de experiência. O profissional aprende a agir rapidamente, a adaptar-se, a tomar decisões sob pressão. Mas também se acostuma a não controlar o conjunto.

Ele atua com intensidade, mas em um campo instável. Ele não está fora do sistema. Ele está imerso nele. E é exatamente isso que caracteriza o plâncton social nesse contexto: uma atuação essencial, constante e altamente responsável, mas organizada a partir de um fluxo externo.

Educação – ensinar em meio à descontinuidade

O professor entra na sala com um plano. Há um conteúdo a ser trabalhado, uma sequência pensada, uma intenção pedagógica clara. Em

teoria, há um caminho. Mas a prática rapidamente mostra outra realidade. Os alunos chegam com diferentes níveis de atenção, diferentes interesses, diferentes disposições. Alguns acompanham, outros não. Alguns tentam, outros se dispersam. E, além disso, há interferências constantes: conversas paralelas, dispositivos, interrupções.

O professor começa a aula. Nos primeiros minutos, ainda é possível sustentar a proposta original. Mas, à medida que o tempo passa, ajustes são necessários. O ritmo muda. O conteúdo é fragmentado. A estratégia é adaptada. Ele tenta recuperar a atenção, reorganizar a sequência, manter algum tipo de continuidade. Em alguns momentos, consegue. Em outros, não.

A aula não deixa de acontecer. O ensino não desaparece. Mas ele ocorre em condições diferentes daquelas que foram planejadas. O professor não controla totalmente o ambiente. Ele atua nele. Ao final da aula, fica a sensação de que algo foi feito, mas também de que poderia ter sido diferente. Não por falta de preparo, mas pelas condições concretas em que a prática ocorre.

Essa experiência revela uma transformação importante: ensinar deixou de ser apenas transmitir conteúdo e passou a ser adaptar-se continuamente ao fluxo da atenção. O professor continua sendo agente. Mas sua ação é constantemente reconfigurada. Ele ensina de acordo com o fluxo.

Tecnologia – participar sem perceber

Uma pessoa acorda e, antes mesmo de sair da cama, pega o celular. Verifica mensagens, acessa redes, lê notícias, responde rapidamente a algumas demandas. Ao longo do dia, esse movimento se repete inúmeras vezes. Pequenos intervalos são preenchidos com interações digitais. Cada ação parece simples: clicar, rolar, curtir, responder.

No entanto, por trás dessas ações, há algo mais acontecendo. Cada interação gera dados. Cada escolha alimenta sistemas. Cada permanência em um conteúdo contribui para a organização de fluxos maiores. A pessoa

não percebe isso como trabalho. Não há sensação de produção no sentido tradicional. Ainda assim, há participação ativa. Ela integra o sistema. E mais do que isso: ela ajuda a sustentá-lo.

Essa condição é particularmente significativa porque é invisível. O indivíduo acredita estar apenas consumindo, mas também está produzindo. Produz informação, comportamento, padrão. E essa produção é contínua. Não depende de horário, de contrato ou de espaço específico. Ela ocorre ao longo do dia, integrada à vida cotidiana. Essa é uma das formas mais sofisticadas do plâncton social: agir sem perceber plenamente, participar sem controlar, sustentar sistemas maiores.

Trabalho operacional – a base que não aparece

Uma obra está em andamento. Há um projeto, uma planta, uma previsão de entrega. Mas o que mantém tudo funcionando não é apenas o planejamento, é o trabalho contínuo de quem executa. O trabalhador chega cedo. Inicia atividades que exigem esforço físico, atenção e repetição. Cada tarefa parece pequena isoladamente, mas, ao longo do tempo, constrói algo maior. Ele não define o projeto. Ele não controla o resultado final. Mas sem ele, nada se concretiza.

Ao longo do dia, há ajustes, imprevistos, mudanças. O trabalho precisa continuar mesmo assim. A execução não pode parar. Essa condição revela algo essencial: o sistema depende de uma base que não aparece. Essa base sustenta, constrói, mantém. E, ao mesmo tempo, permanece pouco visível. Esse é o fitoplâncton social em sua forma mais concreta.

Produção de conteúdo – não parar é sobreviver

Um jornalista, um produtor, um criador digital. Todos enfrentam uma mesma exigência: continuar produzindo. Não se trata apenas de qualidade, mas de presença. O fluxo de informação não para. E quem não acompanha

esse ritmo perde espaço. Isso gera uma tensão constante. Há desejo de aprofundar, de investigar, de construir algo mais consistente. Mas o tempo é limitado. A pressão por atualização é contínua.

O resultado é um equilíbrio instável: produzir rápido, manter relevância, tentar preservar qualidade. Nem sempre é possível fazer tudo ao mesmo tempo. O profissional continua atuando. Mas atua dentro de uma lógica que privilegia o movimento. Produzir para não desaparecer.

O padrão que se repete

As cenas são diferentes. Os contextos também. Mas, ao observar com atenção, um padrão se torna visível. Em todos os casos, há: ação, responsabilidade, participação ativa. E, ao mesmo tempo: inserção em fluxos maiores, necessidade de adaptação, limitação de controle sobre o conjunto. O plâncton social não é passivo. Ele sustenta o mundo. Mas sustenta em uma condição específica: agir sem controlar plenamente o movimento do todo

Essa constatação não encerra o problema. Ela abre outro. Se essa é a condição predominante, então: é possível viver no fluxo sem se dissolver completamente nele? Essa pergunta nos acompanha a partir daqui. E ela não será respondida com facilidade.

As cenas apresentadas ao longo deste capítulo não pertencem a mundos separados. Elas não são exceções, nem situações isoladas. Ao contrário, revelam um padrão que atravessa diferentes profissões, contextos e formas de vida. Saúde, segurança pública, educação, tecnologia, trabalho operacional, produção de conteúdo, todos esses campos mostram, à sua maneira, a mesma estrutura: indivíduos ativos, responsáveis, envolvidos em suas tarefas, mas participando de dinâmicas que não controlam plenamente.

Essa constatação desloca o problema. Já não se trata de identificar onde está o plâncton social, mas de reconhecer que ele se manifesta em múltiplas formas de existência. O conceito deixa de ser uma ferramenta de

análise externa e passa a funcionar como um espelho. Não aponta apenas para o outro, mas devolve ao próprio leitor a pergunta que atravessa todo o livro: em que medida minha própria forma de agir já se organiza a partir do fluxo, e não da direção que eu escolho sustentar?

No entanto, esse reconhecimento não deve ser entendido como condenação ou fatalismo. O plâncton social não descreve a ausência de ação, mas uma forma específica de agir em condições limitadas. As pessoas continuam decidindo, continuam se responsabilizando, continuam sustentando o mundo em que vivem. O que muda são as condições em que essa ação ocorre.

E é exatamente nesse ponto que o problema se torna mais complexo e mais interessante. Porque, se o plâncton social está em toda parte, então a questão já não é escapar completamente dessa condição, mas compreender como viver com ela sem se reduzir inteiramente a ela. Não se trata de negar o fluxo, mas de reconhecer seus limites e suas implicações.

Ao final, o que este capítulo revela não é apenas a presença do plâncton social, mas a sua normalização. Ele não aparece como exceção, mas como regra silenciosa que organiza a vida contemporânea. E, justamente por isso, torna-se mais difícil de perceber e mais urgente de problematizar.

A partir daqui o leitor já não pode retornar à leitura anterior com o mesmo olhar. Porque aquilo que antes podia ser entendido como conceito agora se apresenta como experiência vivida. E, diante disso, a pergunta final deixa de ser teórica e assume um caráter inevitavelmente pessoal: é possível continuar vivendo nesse fluxo sem nunca o interromper, ou será que, em algum momento, é preciso escolher onde e como resistir a ele?

CONCLUSÃO

ENTRE O FLUXO E A DIREÇÃO

Ao longo deste livro, buscamos compreender uma forma de vida que não se apresenta como ruptura evidente, mas como condição progressivamente normalizada. O plâncton social não surge como um fenômeno isolado, nem como uma categoria restrita a determinados grupos. Ele se revela como um modo de existência que atravessa o cotidiano, reorganizando a maneira como o indivíduo se move, trabalha, se relaciona e atribui sentido à própria experiência.

Partimos da ideia de que o mundo contemporâneo se organiza em fluxo. Não apenas no sentido de mudança constante, mas como uma forma específica de organização da vida, na qual a continuidade se torna mais difícil, a estabilidade mais rara e a adaptação uma exigência permanente. Nesse contexto, o indivíduo não deixa de agir, mas passa a agir em condições que limitam sua capacidade de sustentar direção. Ele se move, responde, participa, mas frequentemente dentro de dinâmicas que não controla plenamente.

Foi nesse cenário que emergiu a noção de plâncton social. Uma imagem que, longe de reduzir a complexidade da vida contemporânea, busca torná-la mais visível. O plâncton não é passivo. Ele se move, sustenta, participa ativamente da manutenção do sistema. No entanto, esse movimento ocorre em relação às correntes que o atravessam. E é exatamente essa tensão, entre movimento e direção, que se mostrou central ao longo de toda a análise.

Ao observar diferentes campos como trabalho, educação, tecnologia, vida em rede, tornou-se evidente que essa condição não é periférica. Ela está no centro da experiência contemporânea. O indivíduo continua sendo

responsável por suas ações, mas essa responsabilidade se exerce em um ambiente que fragmenta o tempo, dispersa a atenção e reorganiza constantemente as possibilidades de escolha. Não se trata, portanto, de ausência de liberdade, mas de uma liberdade situada em condições mais instáveis e exigentes.

Diante disso, a questão que atravessa este livro não pode ser respondida de forma simplista. Não se trata de afirmar que o sujeito perdeu completamente sua capacidade de agir, nem de sustentar a ideia de uma autonomia plena que ignora as condições concretas do mundo em que vive. O que se evidencia é uma tensão permanente entre adaptação e direção, entre fluxo e projeto, entre participação e orientação.

Talvez o erro esteja justamente em tentar resolver essa tensão de forma definitiva. A vida contemporânea não oferece esse tipo de solução. O que ela exige é outra coisa: a capacidade de reconhecer as condições em que se vive e, a partir desse reconhecimento, construir formas possíveis de ação.

Nesse sentido, agir não pode mais ser entendido como controle total sobre o próprio percurso. Essa ideia, embora ainda presente em muitas concepções, torna-se cada vez mais distante da experiência real. Agir, hoje, talvez signifique algo mais modesto e, ao mesmo tempo, mais difícil: sustentar pequenas direções em meio ao fluxo. Escolher, mesmo quando as condições não são ideais. Interromper, ainda que por instantes, a lógica da adaptação automática.

Isso não elimina o plâncton social. Não há saída simples ou externa a essa condição. O fluxo não pode ser simplesmente abandonado, porque ele constitui o próprio ambiente em que a vida se realiza. No entanto, reconhecer essa condição já produz um deslocamento importante. O indivíduo deixa de ser apenas conduzido e passa a perceber as correntes que o atravessam. E essa percepção não é neutra. Ela introduz a possibilidade de escolha. Mesmo que limitada. Mesmo que instável. Mesmo que imperfeita.

Ao longo deste percurso, tornou-se claro que o problema central não é o movimento. O movimento está dado. O mundo não vai desacelerar para que o sujeito possa retomar formas anteriores de estabilidade. A questão decisiva é outra: como viver em movimento sem se reduzir completamente a ele. Essa pergunta não admite resposta única, nem conclusão fechada. E talvez essa seja a sua força. Ela permanece em aberto porque diz respeito à própria condição de existir em um mundo que se transforma continuamente.

Se há algo que pode ser afirmado ao final deste livro, não é uma solução definitiva, mas um ponto de inflexão. O plâncton social deixa de ser apenas um conceito explicativo e passa a funcionar como uma ferramenta de reconhecimento. Ele permite ver aquilo que antes operava de forma silenciosa. Permite nomear aquilo que era vivido, mas não necessariamente compreendido. E, ao nomear, torna possível algo fundamental: interromper, ainda que momentaneamente, o automatismo do fluxo.

Talvez seja exatamente nesse gesto pequeno, instável, mas consciente, que resida a forma mais concreta de ação possível no mundo contemporâneo. Não como ruptura total, nem como resistência heroica, mas como a capacidade de sustentar alguma direção em meio às correntes que insistem em conduzir. No fim, não se trata de deixar de ser plâncton. Mas de não ser apenas isso.

Chega-se, ainda, a uma pergunta que não é apenas teórica, mas profundamente existencial: estamos apenas sendo levados pelas correntes da contemporaneidade ou ainda é possível conduzir, de algum modo, a própria direção?

A análise desenvolvida ao longo deste livro permite afirmar que não há exterioridade possível em relação ao fluxo. Nenhum indivíduo se encontra fora das condições históricas, sociais e tecnológicas que estruturam a experiência contemporânea. Todos estamos, em alguma medida, imersos nesse movimento contínuo, atravessados por dinâmicas que organizam possibilidades, orientam escolhas e condicionam modos de vida. Nesse

sentido, a condição de “plâncton social” não é exceção, mas expressão de uma forma ampla de existência no mundo atual.

Contudo, reconhecer essa imersão não equivale a aceitar uma forma absoluta de passividade. Estar no fluxo não significa ser totalmente determinado por ele. Há, mesmo em meio às condicionantes, uma margem, estreita, instável, as vezes difícil de sustentar, em que a ação ainda se torna possível.

Essa possibilidade não se manifesta como controle pleno ou autonomia total. Ela não se traduz na capacidade de interromper completamente o fluxo ou de redefinir, de forma soberana, as condições da própria existência. Ao contrário, ela emerge em gestos menores, muitas vezes discretos: na decisão de permanecer onde seria mais fácil abandonar; na recusa pontual de aderir automaticamente ao movimento; na escolha de sustentar uma direção, ainda que sob pressão constante de dispersão.

É nesse nível, micro, cotidiano, frequentemente invisível, que a direção se torna pensável. Não como domínio sobre o fluxo, mas como modo de se mover dentro dele.

A filosofia existencial oferece aqui um horizonte interpretativo decisivo. Em Jean-Paul Sartre, a liberdade não se opõe às condições, mas se realiza nelas, como responsabilidade inevitável diante das próprias escolhas. Em Martin Heidegger, a existência é sempre situada, mas pode ser apropriada de modo mais ou menos autêntico. Já em Søren Kierkegaard (2007), a angústia revela não a ausência, mas o peso da possibilidade.

Essas contribuições permitem compreender que a tensão entre ser levado e tentar conduzir não é um problema a ser resolvido, mas uma condição a ser vivida. O sujeito contemporâneo não desaparece no fluxo, mas também não se afirma fora dele. Ele se constitui justamente nesse entre, nesse espaço instável em que agir não é garantir resultados, mas insistir em alguma forma de direção.

Assim, a questão que encerra este livro não encontra uma resposta definitiva, mas uma formulação mais precisa: não escolhemos a corrente em que estamos inseridos, mas podemos, ainda que de modo limitado, escolher como nos movemos dentro dela.

E é nesse movimento, parcial, situado, continuamente ameaçado, mas ainda possível, que se preserva aquilo que impede a dissolução completa do sujeito: a capacidade de agir, mesmo quando agir já não significa controlar, mas apenas sustentar, com esforço e consciência, uma direção no interior do fluxo.

REFERÊNCIAS

- BALL, Stephen J. The teacher's soul and the terrors of performativity. *Journal of Education Policy*, v. 18, n. 2, p. 215–228, 2003.
- BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70, 1995.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BIESTA, Gert. *The beautiful risk of education*. Boulder: Paradigm Publishers, 2013.
- CARR, Nicholas. *A geração superficial: o que a internet está fazendo com nossos cérebros*. Rio de Janeiro: Agir, 2011.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- FLORIDI, Luciano. *The fourth revolution: how the infosphere is reshaping human reality*. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.
- GILLESPIE, Tarleton. The relevance of algorithms. In: GILLESPIE, T.; BOCZKOWSKI, P.; FOOT, K. (org.). *Media technologies: essays on communication, materiality, and society*. Cambridge: MIT Press, 2014.
- HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2015.
- HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- KIERKEGAARD, Søren. *O desespero humano*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2013a.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013b.
- NYBAKKEN, James W.; BERTNESS, Mark D. *Marine biology: an ecological approach*. 6. ed. San Francisco: Pearson, 2005.
- ODUM, Eugene P.; BARRETT, Gary W. *Fundamentos de ecologia*. 5. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2005. Verificar para manter edição 2015.

PARISER, Eli. *The filter bubble: what the internet is hiding from you*. New York: Penguin, 2012.

ROSA, Hartmut. *Social acceleration: a new theory of modernity*. New York: Columbia University Press, 2013.

SARTRE, Jean-Paul. *O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica*. Petrópolis: Vozes, 2015.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2012.

STANDING, Guy. *O precariado: a nova classe perigosa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

TURKLE, Sherry. *Alone together: why we expect more from technology and less from each other*. New York: Basic Books, 2011.

ZUBOFF, Shoshana. *The age of surveillance capitalism*. New York: PublicAffairs, 2019.

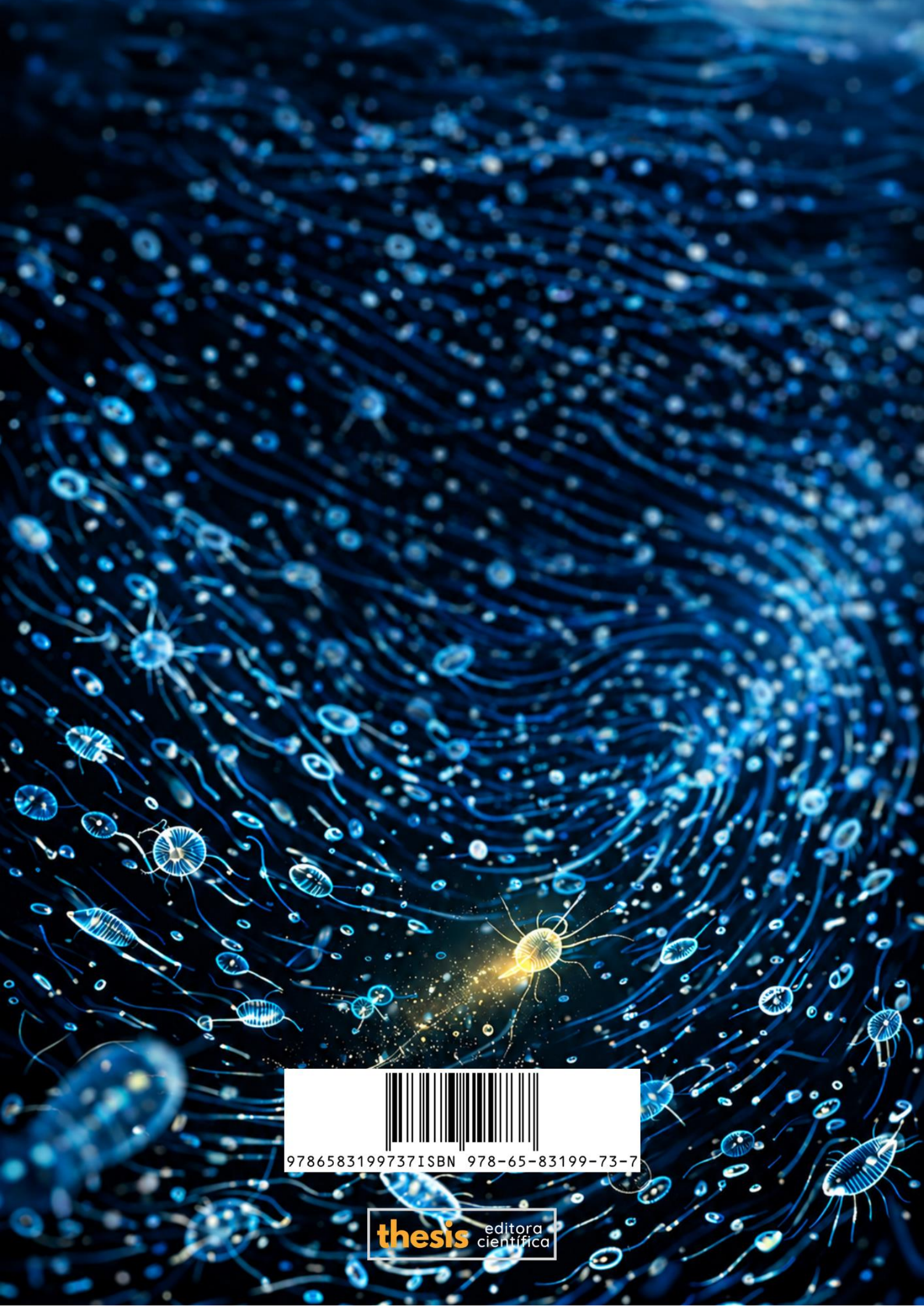
Sobre o autor

Robson Sueth

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8452-1433>

E-mail: profsueth@gmail.com

Pedagogo, mestre e doutor com pós-doutorado em educação, pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (NEPES) e do Grupo de Estudos Michel Foucault da Universidade Federal Fluminense (UFF) atuando nas linhas de pesquisa em políticas de educação superior e políticas de controle social, educação e produção de subjetividade; pós-doutorado em educação e tecnologia pela Universidade Estácio de Sá (UNESA), atuando na linha de pesquisa Educação, Tecnologia e Sociedade; docente na área de educação, da graduação a pós-graduação, com experiência na formação de professores; formação e pós-formação de oficiais policiais militares e formação de gestores em cursos de administração e gestão em logística, marketing e recursos humanos. Sua produção articula filosofia, prática educativa e análise crítica da contemporaneidade, com ênfase nas tensões entre liberdade, trabalho e organização institucional. É autor de obras, entre artigos, livros e capítulos de livros, voltadas à reflexão sobre a experiência docente e os desafios da vida contemporânea.



9786583199737 ISBN 978-65-83199-73-7

thesis editora
científica